



***Plano
Macrorregional***

***Programa
Macrorregional
de Caracterização
de Rendas
Petrolíferas
(PMCRP)***

Proposta Metodológica

*Processo Ibama nº
02001.032727/2019-90
(Plano Macro)*

*Volume Único
Revisão 01
Setembro/2021*



SUMÁRIO

<i>I - APRESENTAÇÃO</i>	<i>2</i>
<i>II – FENÔMENO QUE SE PRETENDE CARACTERIZAR E MONITORAR</i>	<i>4</i>
<i>III – OBJETIVOS.....</i>	<i>12</i>
<i>III.1 – Objetivo Geral</i>	<i>12</i>
<i>III.2 – Objetivos Específicos.....</i>	<i>12</i>
<i>IV – ABRANGÊNCIA</i>	<i>13</i>
<i>IV.1 – Recorte Espacial.....</i>	<i>13</i>
<i>IV.2 – Cadeia produtiva a ser considerada no monitoramento.....</i>	<i>15</i>
<i>IV.3 – Recorte Temporal</i>	<i>18</i>
<i>V – MONITORAMENTO</i>	<i>20</i>
<i>V.1 – Metodologia</i>	<i>20</i>
<i>V.1.1 - Questões para caracterização do fenômeno.....</i>	<i>20</i>
<i>V.1.2 Instrumentos e materiais</i>	<i>22</i>
<i>V.2 – Indicadores e Índices propostos</i>	<i>46</i>
<i>V.3 Usos e Limitações</i>	<i>86</i>
<i>— V.3.1 Lacunas do programa.....</i>	<i>90</i>
<i>VI – INTEGRAÇÃO AO PLANO MACRO E DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ASSOCIADOS AO FENÔMENO MONITORADO</i>	<i>94</i>
<i>— VI.1 – Questões Relacionadas ao Fenômeno Tratadas no Âmbito do PMAIS.....</i>	<i>98</i>
<i>VII – PRODUTOS</i>	<i>99</i>
<i>VIII – CRONOGRAMA FÍSICO</i>	<i>103</i>
<i>IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>105</i>
<i>X – EQUIPE TÉCNICA</i>	<i>107</i>
<i>XI - ANEXOS</i>	<i>110</i>

Anexo I – Empreendimentos abrangidos

Anexo II - Planilha de Indicadores e Índices

I - APRESENTAÇÃO

O presente documento objetiva apresentar a Proposta Metodológica para o Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petríferas (PMCRP), a ser executado como condicionante de processos de licenciamento ambiental de atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. A elaboração dessa Proposta foi precedida da elaboração de premissas para o programa, apresentadas ao órgão ambiental por meio da Carta UN-BS 0046/2019, protocolada em 23/12/2019 (SEI 6714198). Ressalta-se que esse documento considerou ainda as contribuições e solicitações apresentadas: (i) em reunião realizada com analistas ambientais da COPROD/CGMAC/IBAMA em 16/06/2020 (Ata SEI 7840151); (ii) em oficina realizada entre os dias 11 e 12 de novembro de 2019 com analistas ambientais e equipes executoras de Projetos de Educação Ambiental (PEA) da Bacia de Campos –Territórios do Petróleo e NEA-BC, que tratam de temáticas afins ao PMCRP (SEI 6644783); (iii) nos Pareceres Técnicos COPROD/CGMAC/IBAMA nº 144/2019 (SEI 4993248) e nº 12/2021 (9120564); (iv) na revisão da proposta metodológica, entre março e abril de 2021, por profissionais das empresas operadoras integrantes do Plano Macro e por equipes executoras dos PEAs Territórios do Petróleo e NEA-BC; (v) e no II Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás, realizado entre 17 e 19 de agosto de 2021 para divulgação e consolidação das propostas metodológicas de 5 dos 6 programas macrorregionais que compõem o eixo de caracterização do Plano Macro.

Assim como outros programas macrorregionais de caracterização exigidos no âmbito de processos de licenciamento ambiental de atividades marítimas de produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural, o PMCRP compõe o Eixo Conceitual de Caracterização de Impactos Socioambientais (Eixo 1) do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das atividades marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro). Esse plano foi apresentado pelo Ibama no I Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás, realizado entre 03 e 05 de setembro de 2019,

no Rio de Janeiro, e registrado na Informação Técnica nº 22/2019-COPROD/CGMAC/DILIC, de 02/10/2019.

O PMCRP propõe indicadores e índices que subsidiarão as análises a serem realizadas para o estudo do fenômeno que se pretende caracterizar e monitorar com esse programa, bem como fornecerá insumos para as análises regionais e integradas a serem realizadas pelo Programa Macrorregional de Avaliação e Impactos Socioambientais (PMAIS), que estrutura o Eixo Conceitual de Avaliação de Impactos (Eixo 2) do Plano Macro.

O formato de execução do PMCRP, cofinanciado entre as operadoras que atuam na área de abrangência piloto do Plano Macro (Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo), será definido no âmbito do Comitê de Coordenação Interinstitucional (CCI), formado pelo Ibama e pelas empresas operadoras que formalizaram interesse em integrar esse grupo, a partir dos insumos produzidos pelo Subcomitê do banco de dados e cofinanciamento de projetos, que objetiva apresentar ao CCI uma proposta executiva para o cofinanciamento de programas. A execução compartilhada do PMCRP se justifica pelo fato de o programa ter a análise voltada para os diferentes entes da federação, e em especial para os municípios, e essas divisões administrativas podem ser afetadas por mais de uma empresa, não sendo cabível sua execução por cada operadora, mas sim um formato de execução que permita a integração dos dados e informações de diferentes empresas, bem como o cofinanciamento desse programa.

Por fim, destaca-se que o programa tem como única finalidade levantar, tratar e analisar dados e informações de caráter público sobre as rendas petrolíferas e orçamentos públicos, a fim de caracterizar e monitorar os efeitos (impactos) associados às rendas petrolíferas em diferentes escalas de análise. Portanto, afasta-se qualquer interpretação de que o PMCRP possa ter o objetivo de fiscalizar o recolhimento de compensações financeiras geradas pela produção de petróleo e gás natural, uma vez que tal atribuição é exclusiva da administração pública, conforme previsão legal¹, e não será sobreposta pelo programa.

¹ “Atualmente, a União opera como administradora central do sistema de recolhimento das compensações referidas no art. 20, § 1º, da CF, encarregando-se de arrecadar os correspondentes recursos e, posteriormente, de distribuí-los entre os demais entes, de acordo com os percentuais

II – FENÔMENO QUE SE PRETENDE CARACTERIZAR E MONITORAR

Com as mudanças no marco regulatório do petróleo brasileiro aprovadas pelo Congresso Nacional, na década de 1990, os municípios situados principalmente na faixa costeira da Região Sudeste foram favorecidos em seus orçamentos com as crescentes receitas advindas da produção de petróleo na Bacia de Campos. A partir de então, os royalties² e as participações especiais³ tornaram-se rubricas relevantes nesses orçamentos, em alguns casos, chegando a responder por mais de 70% do conjunto das receitas orçamentárias (SILVA, 2013; 2017). A partir desse momento, a investigação a respeito da influência dessas compensações petrolíferas sobre as receitas municipais e estaduais tornou-se central para o planejamento das políticas de desenvolvimento econômico e regional no país.

De acordo com alguns autores, esse fenômeno econômico estabeleceu três dimensões possíveis de impactos nos orçamentos públicos (PIQUET, TERRA, 2011; SERRA, 2011; SILVA, 2017):

- ✓ Num primeiro *boom* de rendas petrolíferas (RP), as administrações municipais foram estimuladas a realizarem grandes investimentos, na maior parte em equipamentos públicos, como escolas, hospitais, obras em áreas públicas de lazer etc. Como consequência inversa, o volume de novos recursos desestimulou os esforços arrecadatórios dessas cidades, com impacto direto sobre a autonomia financeira de prefeituras e governos estaduais;

estipulados em lei, mediante repasses que geralmente são efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional.” – trechos do voto do Min. Relator da ADI 4.606/BA no STF

O Parecer 0284/2018/PFANP/PGF/AGU sustenta que a União Federal, por intermédio da ANP, tem “atribuição legal e constitucional exclusiva para legislar e fiscalizar o correto recolhimento de participações governamentais”, mas no julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal – STF nos autos da ADI 4606 foi reconhecida a competência dos Estados e Municípios para controle das quotas-parte repassadas a título de compensação financeira pela exploração petrolífera.

² Os royalties são uma compensação financeira paga à União pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no Brasil como forma de compensar a sociedade pela utilização destes recursos, que não são renováveis.

³ As participações especiais são uma compensação financeira extraordinária trimestral, paga apenas para campos produtores de óleo e gás natural com grande volume de produção ou grande rentabilidade.

- ✓ Num momento posterior, as rendas petrolíferas passaram a ser direcionadas às despesas fixas e à manutenção desses equipamentos, reduzindo ainda mais a capacidade de investimento e elevando as despesas de custeio da máquina pública;
- ✓ Por fim, acredita-se que certos municípios conseguirão chegar a um equilíbrio orçamentário, diminuindo custeio e melhorando os indicadores de desenvolvimento econômico e social, o que acarretaria, em teoria, numa queda de despesas e aumento de recursos para novos investimentos.

Independente do estágio em que se encontra a gestão pública de cada município beneficiário das Rendas Petrolíferas (RP), o fato é que, em paralelo às mudanças estruturais na população, no mercado de trabalho e no território promovidas pela indústria do petróleo, cresceu radicalmente a influência das RENDAS PETROLÍFERAS nos orçamentos municipais e na situação fiscal dessas administrações. Um alerta diante desse quadro seria compreender que essas receitas não podem ser consideradas como receitas tributárias normais. Em tese, os royalties e as participações especiais não deveriam ser a principal fonte de financiamento da expansão de serviços públicos básicos (POSTALI, 2012).

Em termos de distribuição de royalties, atualmente a Região Sudeste do Brasil responde por aproximadamente 89% do total de recursos destinados pela União aos estados e municípios (ANP, 2020). Em 2019, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) recebeu aproximadamente R\$ 4,5 bilhões, valor que correspondeu a 68% do total repassado aos estados produtores do país no ano. Espírito Santo (ES) (10,5%) e São Paulo (SP) (10,3%) completaram a lista dos maiores beneficiários, indicando uma alta concentração do recurso no Sudeste brasileiro. No caso das participações especiais, o Rio de Janeiro concentrou 70% do total distribuído pela União, enquanto as porcentagens de Espírito Santo e São Paulo ficaram na casa de 16% e 12%, respectivamente. Os três estados receberam mais de 90% do total repassado às unidades da federação a título de Participações Especiais.

Em anos recentes, contudo, avaliando os orçamentos municipais, é possível dizer que uma parte dessa concentração está se deslocando de municípios do Estado do RJ em direção a municípios do Litoral de SP, muito por conta do aumento

da produção de petróleo advinda do Pré-sal, na Bacia de Santos. De acordo com Silva (2017), trata-se do típico caso de “desconcentração concentrada, que não somente abarca dois dos estados mais ricos da federação, como também age no sentido de reforçar o caráter litorâneo da urbanização e produção brasileira” (p.354).

As reservas de petróleo e gás natural estão fortemente concentradas nas Bacias de Campos e Santos, sendo que nessa última o crescimento acelerado vem se mantendo. A participação da Bacia de Santos saltou de 3,7 % para 66 % da produção brasileira de petróleo entre 2011 e 2019.⁴

O PMCRP pode contribuir para a caracterização e monitoramento desse quadro ao propor indicadores para acompanhar: (i) a produção petrolíferas nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, bem como dos estados litorâneos dessas bacias; (ii) a representatividade dessa produção no cenário nacional; (iii) a geração de compensações financeiras em razão da produção; (iv) a distribuição das compensações entre os beneficiários; (v) e os montantes recebidos pelos municípios devido a cada critério definido nos marcos regulatórios (confrontação, existência de estruturas da cadeia produtiva, presença de dutos, etc.).

Apesar do grande volume de reservas e do crescimento da produção observado nos últimos anos, os riscos da volatilidade do setor no mercado global de preços, por sua vez, geram constantes incertezas para as unidades territoriais que dependem das rendas petrolíferas. O comportamento dos preços internacionais de commodities, entre elas o petróleo, tem sido marcado por grande instabilidade, com quedas bruscas desde 2013 (DUTRA, 2017). Outro fator de incerteza em relação às rendas petrolíferas é a possibilidade de alterações nos critérios de distribuição, que podem ser efetivados a partir de mudanças na legislação⁵ e gerar diminuição brusca nas receitas orçamentárias para alguns beneficiários.

⁴ <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/painel-dinamico-de-producao-de-petroleo-e-gas-natural> - acesso em junho/2020

⁵ As atuais regras de distribuição estão mantidas por liminar obtida pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ADI 4917-DF e ADI 4918-DF), que suspende os efeitos da Lei nº 12.734/2012. O caso aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No intuito de avaliar possíveis impactos sobre a economia municipal, além dos Royalties e Participações Especiais, que são compensações financeiras, o PMCRP considerará como rendas petrolíferas os principais tributos⁶ gerados pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural e sua cadeia produtiva que compõe as receitas dos municípios, uma vez que existe uma relação direta entre a arrecadação pública e a atividade econômica nos municípios devido à presença de estruturas dessa cadeia.

A renda gerada pelo setor concentra-se primeiramente no âmbito da União, e em alguns poucos municípios e estados, o que faz do marco regulatório o principal elemento de distribuição e controle, e não políticas de desenvolvimento. E o desafio, então, é saber como se dá a concentração da transferência de rendas petrolíferas nas escalas locais e subnacionais, e principalmente se essas rendas têm causado dependência dos orçamentos públicos municipais. Nesse sentido, o PMCRP se propõe a monitorar, além da distribuição das compensações financeiras entre os beneficiários: a proporção representada pelas rendas petrolíferas no orçamento público dos estados e municípios monitorados; e a dependência dos orçamentos municipais em relação às rendas petrolíferas.

É fundamental estabelecer metodologias e sistemas de monitoramento e avaliação dos efeitos das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos. Há claras diferenças em termos de arranjo produtivo econômico entre as bacias produtoras. A constituição econômica da região de estudo do PMCRP é extremamente heterogênea, moldada por setores costeiros e por municípios de diferentes dimensões, escalas urbanas e problemas socioambientais. No caso da Bacia de

⁶ Inicialmente serão considerados o IPTU, ISS e ICMS. A justificativa para definição desses impostos pode ser conhecida no já citado Documento de Premissas do PMCRP. Sobre a tributação de atividades realizadas no mar territorial, cabe destacar que: *"Tendo em vista que a titularidade do mar territorial foi conferida à União Federal, em interpretação sistemática do texto constitucional, por aplicação do princípio constitucional da imunidade recíproca insculpida no artigo 151, I da Constituição Federal, a tributação em águas marítimas é vedada aos Estados e Municípios."* *"Logo, as atividades ocorridas nas águas marítimas, por si sós, não autorizariam a incidência do aludido imposto municipal à falta de autorização constitucional e por gerar colisões normativas e conflitos de competência, pois os serviços ali prestados são de competência da União."* *"Todavia, inobstante a complexidade do tema e as diversas interpretações e abordagens que possam ser defendidas, o que se observa é a tendência jurisprudencial no sentido de afirmar a competência dos entes municipais em tributar serviços prestados em águas marítimas, inclusive em ampliar os termos da lista de serviços para alcançar quaisquer outras atividades com o núcleo semântico daquele item expressamente descrito, eis que comporta interpretação extensiva."* (Simões, 2014).

Santos, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) tem sido responsável por grande parte dos fornecimentos de serviços, pela manutenção de equipamentos, pela logística de transporte de passageiros e de cargas etc. Por outro lado, municípios pequenos, como Ilhabela (SP), Paraty (RJ) e Maricá (RJ), também passam por grandes transformações, mas por conta do aumento de circulação de capitais e receitas oriundas das compensações financeiras da produção de petróleo – royalties e participações especiais.

Nesse sentido, uma primeira questão a ser enfrentada pelo PMCRP se refere às escalas de decisão sobre o gasto público, de forma a compreender as diferentes realidades em cada administração na execução de recursos, geração de receitas e pagamento de despesas. Estabelecer indicadores para medir o desempenho fiscal e a dependência orçamentária de municípios não é apenas um desafio em termos de planejamento e operacionalização, mas de entendimento e análise sobre a capacidade de reposta de cada prefeitura num quadro geral da economia regional das bacias e dos impactos socioambientais causados pelas atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural.

Um sistema de indicadores deve considerar, então, essas distinções. Entender que irá encontrar de um lado informações bem sistematizadas nas secretarias de fazendas dos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo; mas enfrentará obstáculos no que tange ao levantamento de dados junto às prefeituras menos estruturadas tecnicamente.

Vale ressaltar que, se por um lado há o grande aumento proporcional de receitas em municipalidades menores, por outro, há o crescimento permanente da demanda por recursos, despesas, gastos de custeios, o que gera forte pressão sobre a despesa e os setores dessas municipalidades. Outro elemento que se atrela a essas pressões é relativo à sua distribuição e organização. Os gastos públicos são separados por áreas setoriais e sua despesa é por função, ou seja, canalizadas pela saúde, educação, assistência, segurança, meio ambiente, obras públicas etc. Porém, o orçamento é aprovado no seu conjunto, totalizando todos os gastos do governo. Após esta aprovação é feita a distribuição por pastas e, neste caso, o peso político, o tamanho administrativo e as prioridades farão com que seja feita uma divisão orçamentária. O grupo de despesas mais flexíveis, isto é, que

podem ser remanejadas ou cortadas, são os Investimentos, Inversões Financeiras e Outras Despesas Correntes. Elas também podem ser chamadas de discricionárias. O grupo cujos gastos são, por vinculação legal, mais rígidos e não podem ser facilmente remanejados — os chamados gastos obrigatórios — são constituídos por Pessoal e Encargos Sociais, Amortização e Juros da Dívida.

Acompanhar os gastos por algumas funções públicas e identificar a proporção desses gastos representada pelas rendas petrolíferas auxiliará na análise sobre a dependência dos orçamentos em relação às rendas petrolíferas para o custeio de serviços essenciais à população, e para monitorar como essa receita vem sendo gerida pelas prefeituras.

Da mesma maneira, é preciso conhecer o nível de autonomia de cada município, pois é sabido que, no caso brasileiro, as prefeituras têm como principal fonte de receita as transferências intergovernamentais, inclusive, para custear seus gastos fixos com máquina pública (ex: manutenção, pagamento do funcionalismo). O impacto do aumento das despesas públicas no orçamento, se baseado em uma fonte de receitas volátil, como são as compensações financeiras da produção de petróleo, representa a perda gradativa de autonomia orçamentária e fiscal por parte dos municípios, que passam a ser dependente dessas rendas.

Como principal resultado, em situações de declínio das rendas petrolíferas, pode haver elevação da inadimplência e do endividamento por parte das prefeituras, que incapazes de cobrir suas despesas recorrem a empréstimos, elevando suas dívidas com pagamentos de juros crescentes. Outro ponto é em relação a capacidade de investimentos por parte das administrações locais. Por não poder custear nem os gastos básicos, as despesas com investimentos (infraestrutura urbana, ampliação das redes de saúde e educação etc.) tendem a ser muito reduzidas, canalizando grande parte dos recursos de rendas petrolíferas para despesas de custeio, e inibindo a geração de novas receitas por meio de tributação alternativa.

Na escala regional, o principal problema resulta do processo de atomização da ação pública. Incapaz de dialogar com outros entes federados, o município ou o estado assumem as despesas ocasionadas por problemas que muitas vezes possuem um caráter e dimensão regional. Ao invés de uma atuação compartilhada

e intersetorial, a realidade das finanças públicas leva ao isolamento cada vez maior por parte das prefeituras, que muitas vezes acreditam que desta forma conseguirão, numa negociação bilateral, angariar mais fundos e recursos ao seu orçamento.

O PMCRP, mais do que avaliar o peso das rendas petrolíferas sobre o orçamento geral do município, poderá auxiliar na avaliação se as prefeituras estão conseguindo ampliar suas formas e atividades de arrecadação, a fim de diminuir a eventual dependência dessas rendas. A relação custeio da máquina administrativa e receita tributária própria pode mostrar uma perda de capacidade dos municípios em arcar com seus custos fixos e essenciais, tornando-se cada vez mais dependentes de repasses intergovernamentais. Como as prefeituras, de certa forma, se acostumaram ou estão estranguladas por essa condição, muito pouco tem sido feito em termos de planejamento urbano e definição de marcos regulatórios locais capazes de alavancar, por exemplo, a arrecadação com IPTU e aumento de ISS. Nesse sentido, o PMCRP pode contribuir monitorando informações relativas à existência de mecanismos que buscam a diminuição da dependência das rendas petrolíferas pelos poderes públicos municipais, como fundos soberanos, incentivos fiscais para atividades distintas da cadeia produtiva de P&G, entre outros.

Considerando o exposto sobre os impactos das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos, surge a necessidade de reflexão sobre a efetiva contribuição da atividade de produção marítima de petróleo e gás natural no desenvolvimento das regiões onde se realiza, pois é comum a geração de expectativa em relação ao aumento de receitas como fator de desenvolvimento, o que deve ser desmistificado.

É preciso destacar, contudo, que diversos mecanismos de transparência e melhoria da gestão já foram criados nos últimos anos, o que pode contribuir para que a expectativa de contribuição das rendas petrolíferas para o desenvolvimento se efetive. Leis de acesso à informação, de responsabilidade fiscal e da transparência ampliaram as ferramentas de controle sobre os orçamentos e sua fiscalização. O PMCRP se propõe a sistematizar parte dessas informações e dados por meio de indicadores e índices que monitorem o grau de transparência e participação popular nas decisões sobre o orçamento público nos municípios. Ao

dialogar com esses mecanismos, além de auxiliar na gestão intersetorial de políticas e do próprio gasto público, o programa poderá contribuir para o planejamento regional e ambiental do licenciamento nas regiões das bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Destaca-se, por fim, a importância dos resultados a serem produzidos pelo PMCRP como insumos para atividades dos projetos de mitigação de impactos socioambientais exigidos no âmbito do licenciamento ambiental federal das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural, em especial os projetos de educação ambiental (PEA).

III – OBJETIVOS

III.1 – Objetivo Geral

Caracterizar e monitorar a geração e distribuição das rendas petrolíferas entre os beneficiários, o grau de dependência gerado nos orçamentos públicos municipais e a existência e efetividade de mecanismos de controle social nos municípios da área de influência das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

III.2 – Objetivos Específicos

1. Caracterizar e monitorar a produção de petróleo e gás natural na região abrangida pelo programa, sua representatividade na produção nacional e as compensações financeiras geradas;
2. Caracterizar e monitorar a distribuição das rendas petrolíferas entre os beneficiários, de acordo com os critérios estabelecidos;
3. Caracterizar e monitorar a representatividade das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos dos estados e municípios abrangidos;
4. Caracterizar e monitorar o grau de dependência de orçamentos públicos municipais em relação às rendas petrolíferas;
5. Caracterizar e monitorar a existência de iniciativas governamentais municipais para diminuição da dependência das rendas petrolíferas;
6. Caracterizar e monitorar informações sobre grau de transparência e de participação popular no debate sobre o orçamento público.

IV – ABRANGÊNCIA

IV.1 – Recorte Espacial

O recorte espacial do PMCRP são os municípios que compõem: (i) a área de influência no meio socioeconômico⁷ e (ii) a zona de produção secundária; das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, num total de 63 municípios. O Quadro IV.1-1 apresenta a relação de municípios.

Quadro IV.1-1 – Municípios abrangidos pelo PMCRP

Estado	Município
Espírito Santo	Conceição da Barra
	São Mateus
	Linhares
	Aracruz
	Fundão
	Serra
	Vitória
	Vila Velha
	Guarapari
	Anchieta
	Itapemirim
	Piúma
	Marataízes
	Presidente Kennedy
	São Francisco de Itabapoana
Rio de Janeiro	São João da Barra
	Campos dos Goytacazes
	Quissamã
	Carapebus
	Macaé
	Rio das Ostras
	Cassimiro de Abreu
	Cabo Frio
	Armação dos Búzios
	Arraial do Cabo
	Araruama
	Saquarema
	Maricá
	Niterói
	São Gonçalo

⁷ Definida nos estudos ambientais apresentados ao IBAMA para licenciamento das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural.

	Itaboraí
	Magé
	Guapimirim
	Duque de Caxias
	Rio de Janeiro
	Itaguaí
	Mangaratiba
	Angra dos Reis
	Paraty
	Cachoeiras de Macacu
	Miguel Pereira
	Paty do Alferes
	Rio das Flores
	Silva Jardim
	Vassouras
São Paulo	Ubatuba
	Caraguatatuba
	Ilhabela
	São Sebastião
	Bertioga
	Guarujá
	Cubatão
	Santos
	São Vicente
	Praia Grande
	Mongaguá
	Itanhaém
	Peruíbe
	Iguape
	Ilha Comprida
Santa Catarina	Cananéia
	Itajaí
	Navegantes

Ressalta-se que nem todos os levantamentos de dados/informações propostos serão realizados para o conjunto de municípios listados no quadro. Por exemplo, levantamentos relativos à existência de iniciativas governamentais para diminuição da dependência orçamentária das rendas petrolíferas serão realizados apenas em municípios que tiverem apresentado grau de dependência elevado. Informações sobre a abrangência de cada Indicador e Índice proposto serão apresentadas no item “V- Metodologia”.

Considerando a dinâmica própria da produção marítima de petróleo e gás, bem como a possibilidade de alteração dos municípios que compõem a área de influência dos empreendimentos ou a zona de produção secundária, propostos como critérios para inclusão de municípios no PMCRP nesse

primeiro momento, propõem-se que haja, anualmente, verificação sobre a necessidade de alteração da relação de municípios inclusos no programa.

Além disso, na etapa de aprimoramento metodológico do programa, prevista no cronograma apresentado no item VIII desse documento, deverá ser verificada a aplicabilidade de se adotar outros critérios para inclusão de municípios no PMCRP, baseando-se nos “motivos de enquadramento” adotados para distribuição de royalties da produção marítima de petróleo e gás natural. Destacam-se como critérios que devem ser avaliados: (i) a localização na “zona limítrofe” e (ii) a existência de instalação (para a parcela de royalties até 5%); e (iii) os afetados por possuírem instalação ou (iv) por estarem na zona de influência dessas instalações (para a parcela de royalties > 5%).

IV.2 – Cadeia produtiva a ser considerada no monitoramento

No Anexo I – Empreendimentos abrangidos - é apresentada a relação de atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural realizadas nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, contempladas no PMCRP. Tal relação, que é comum aos demais programas macrorregionais de caracterização do Plano Macro, será atualizada anualmente, por meio do PMAIS, quando ocorrer o início da operação de novos empreendimentos ou a desativação.

Mesmo considerando que o escopo do Plano Macro e o objetivo geral do PMCRP se restringem às atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural, que são também as atividades cuja competência pelo licenciamento ambiental são do IBAMA/CGMAC/COPROD, não seria razoável executar o PMCRP limitando a cadeia produtiva (Figura IV.2-1) monitorada a essas atividades, já que nesse caso, considerando a escala municipal de análise dos resultados, seria inadequado tratar da dependência das rendas petrolíferas de municípios que possuem grandes estruturas associadas à cadeia de petróleo e gás, sem considerar nessa análise dados e informações sobre a existência dessas estruturas.



Figura IV.2-1 – Cadeia produtiva do petróleo e atuação da ANP. Fonte: ANP, 2020

Analisando-se a cadeia produtiva, definiu-se que grandes estruturas seriam aquelas com porte capaz de gerar dinâmica econômica representativa nos municípios. O segmento da cadeia que conta com tais estruturas se estende desde as atividades de Exploração até o Refino (demarcação em vermelho na Figura IV.2-1), incluindo as atividades de escoamento entre as unidades de produção e os terminais, e desses até as unidades de refino e/ou tratamento de gás. Além das instalações relacionadas às atividades desse segmento, é importante considerar a existência de grandes fornecedores de insumos e serviços para a atividade marítima de produção e escoamento de petróleo e gás natural⁸ e de estruturas de apoio nos municípios monitorados. São consideradas estruturas de apoio: bases de armazenamento, bases de apoio marítimo, bases de apoio aéreo e bases administrativas.

Embora apenas a etapa de produção de petróleo gere royalties e participações especiais, que compõem as receitas municipais, os demais segmentos da cadeia e estruturas de apoio e fornecimento de insumos e

⁸ Os critérios para definição de grandes fornecedores de insumos serão propostos no Programa Macrorregional de Caracterização do Transporte e Destinação de Insumos e Resíduos (PM CIR), e para definição de grandes fornecedores de serviços serão propostos no PMAIS. Destaca-se a inclusão de estaleiros e fornecedores de serviços de destinação de resíduos nessa categoria.

serviços são responsáveis pela geração de tributos, que também compõem as receitas municipais. Ressalta-se ainda que a existência de estruturas da cadeia nos municípios é utilizada como critério para distribuição das compensações financeiras entre os beneficiários, o que corrobora a justificativa de inclusão dessas estruturas na cadeia a ser considerada para monitoramento pelo PMCRP.

A delimitação dessa cadeia é importante para as análises a serem realizadas pelo PMAIS, sendo sugerido que esse programa adote o mesmo recorte de cadeia produtiva proposto para o PMCRP. Ressalta-se, ainda, a importância de o PMAIS trabalhar e apresentar informações georreferenciadas sobre a distribuição dessas estruturas no território⁹, divididas entre as seguintes categorias: i) componentes de segmentos da cadeia produtiva; ii) bases de apoio; e iii) fornecedores de insumos e serviços. Para cumprir esse objetivo, indica-se a necessidade de definição de uma base territorial para o PMAIS, a ser apresentada na proposta metodológica desse programa.

A Figura IV.2-2 apresenta os limites da cadeia produtiva do petróleo e as estruturas de apoio e fornecimento consideradas no PMCRP.

⁹ A localização dessas estruturas será fornecida por diferentes programas macrorregionais de caracterização: Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Embarcações (PMCTE) – bases de apoio marítimo e terminais; Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Aeronaves (PMCTA) – bases de apoio aéreo; Programa Macrorregional de Caracterização do Transporte e Destinação de Insumos e Resíduos (PMCIR) – fornecedores de insumos, fornecedores de serviços de destinação de resíduos e bases de armazenamento; Programa Macrorregional de Caracterização Socioespacial dos Trabalhadores (PMCST) – bases de apoio administrativo. Demais informações necessárias e não fornecidas por esses programas deverão ser levantadas pelo PMAIS.



Figura IV.2-2 – Limites da cadeia produtiva do petróleo e estruturas de apoio e fornecimento consideradas no PMCRP

IV.3 – Recorte Temporal

O levantamento de dados deverá ser realizado continuamente ao longo do ano, de acordo com os calendários de disponibilização nas fontes de consulta, assim como o carregamento no banco de dados. Tal frequência se faz necessária para atender a demanda de dados atualizados para as atividades de Projetos de Educação Ambiental que utilizam esses dados.

A frequência de cálculo dos indicadores propostos será mensal, para aqueles que for aplicável, e anual, considerando-se os dados de cada ano civil. Para os índices propõe-se inicialmente apenas a frequência anual, sendo que essa poderá ser alterada se houver dados que possibilitem os cálculos com

uma frequência maior. Indica-se na coluna “Periodicidade” do Anexo II – Planilha de indicadores e índices, a frequência proposta para o cálculo de cada indicador e índice.

O primeiro levantamento buscará obter os dados disponíveis a partir de 2010, possibilitando uma série de uma década para comparações com os resultados anuais a serem obtidos a partir do início da execução do PMCRP. Os dados sobre recebimento de Royalties e Participações Especiais pelos municípios podem ser obtidos com facilidade no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), entretanto, em relação às informações sobre os orçamentos públicos municipais, pode haver dificuldade na obtenção dos dados pretéritos, dificultando o cálculo de alguns indicadores, o que será informado na apresentação dos resultados¹⁰.

Vale ressaltar que para o cálculo dos indicadores e índices será considerado o mês de efetivo recebimento do recurso pelos municípios, e não o mês a que se refere a produção de petróleo e gás que motivou o pagamento dessas compensações financeiras¹¹.

¹⁰ Além das informações disponibilizadas pelos municípios, poderão ser consultadas informações disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que divulga dados pretéritos e anuais relativos ao orçamento público dos municípios brasileiros.

¹¹ Existe uma defasagem de aproximadamente 2 meses entre o mês a que se refere a produção e o mês de efetivo recebimento das rendas pelos municípios. Por exemplo, em maio de determinado ano seria recebida a renda devida ao município pela produção de petróleo e gás natural realizada em março desse mesmo ano.

V – MONITORAMENTO

V.1 – Metodologia

V.1.1 - Questões para caracterização do fenômeno

Para definição dos dados a serem levantados e das informações a serem produzidas pelo programa no intuito de caracterizar e monitorar o fenômeno estudado optou-se, a partir da orientação do órgão ambiental, pela definição de questões cujas respostas pudessem auxiliar nesse propósito.

A partir de questões propostas pelo órgão ambiental no PAR nº 144/2019 COPROD/DILIC/IBAMA, e considerando a previsão das matrizes de impactos sobre o meio socioeconômico apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental das atividades da Etapa 3 do Pré-sal, a equipe responsável pelo programa realizou exercícios de reflexão e debate sobre o fenômeno para chegar às questões apresentadas a seguir.

Ressalta-se que foram identificadas questões que são importantes para caracterização e monitoramento do fenômeno, mas cujas respostas não estariam restritas aos efeitos das rendas petrolíferas, não cabendo sua inclusão no PMCRP. Tais questões foram direcionadas para o Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Sinérgicos (PMAIS), que estrutura o Eixo de Avaliação do Plano Macro, e podem ser conhecidas no item VI.1 desse documento (*“Questões relacionadas ao fenômeno tratadas no âmbito do PMAIS”*).

Para responder às questões são propostos um ou mais indicadores e índices, apresentados no item V.2 – Indicadores e Índices propostos.

1. Qual é a proporção da produção de petróleo e gás natural na região abrangida pelo programa perante a produção nacional?
2. Quanto é gerado de royalties e participações especiais pela produção de petróleo e gás natural?
3. Qual a proporção de royalties e participações especiais recebida pelos beneficiários?
4. Qual é a proporção que as rendas petrolíferas assumem na composição do orçamento público dos Estados monitorados?
5. Qual o montante de rendas petrolíferas recebidas pelos municípios monitorados?
6. Considerando os critérios que qualificam o município como receptor de rendas petrolíferas, qual a proporção recebida devido a cada um destes critérios?
7. Qual é a proporção que rendas petrolíferas assumem na composição do orçamento público municipal?
8. Qual é a receita per capita dos municípios monitorados?
9. Qual é o grau de dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas?
10. Existem iniciativas dos governos municipais para a diminuição da dependência das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos?
11. Qual o grau de facilidade de acesso à informação sobre os gastos públicos dos municípios monitorados?
12. Qual o grau de participação e monitoramento popular permitido pelos municípios no orçamento público?
13. Qual a efetividade da participação popular no debate do orçamento público?
14. Como é a relação entre o planejamento e a execução orçamentária?

V.1.2 Instrumentos e materiais

V.1.2.1 – Levantamento dos dados

Dado o volume de dados a serem levantados, recomenda-se que o processo de coleta e sistematização dessas informações seja realizado por meio de sistemas programados, agilizando a operacionalização da pesquisa. Alguns portais e bancos de dados, que podem vir a ser fontes de consulta do PMCRP, devem permitir que a atualização de seus dados seja repassada automaticamente para outros portais e bancos de dados, operações conhecidas por ETL¹² ou DBlink¹³. Para os dados cujas fontes não permitam a atualização automática, os executores do PMCRP deverão realizar as pesquisas necessárias e alimentar “manualmente” o banco.

Como recurso do levantamento, ainda deverão ser realizadas consultas e solicitações de dados e informações diretamente aos órgãos públicos responsáveis¹⁴. A partir de consultas realizadas na internet, conclui-se que muitas informações nem sempre se encontram disponíveis, ou estão disponíveis de forma desagregada. O levantamento pode ser realizado por meio de formulários, preferencialmente eletrônicos, a serem respondidos pelos órgãos públicos, ou outro formato a ser definido pela equipe executora do PMCRP. É importante ressaltar a importância de os dados serem levantados por um rito padronizado entre os diferentes municípios, para possibilitar o armazenamento em banco de dados, a utilização no cálculo dos indicadores e índices e a comparação.

¹² ETL é um tipo de *data integration* em três etapas (extração, transformação, carregamento) usado para combinar dados de diversas fontes. Nesse processo, os dados são retirados (extraídos) de um sistema-fonte, convertidos (transformados) em um formato que possa ser analisado, e armazenados (carregados) em um armazém ou outro sistema.

¹³ Um database link (DBLink) é um objeto criado em um banco de dados que possibilita o acesso a objetos de outro banco de dados. Esse tipo de sistema é conhecido como Sistema de Banco de Dados Distribuídos.

¹⁴ Caso a administração pública municipal ou estadual não disponibilize os dados necessários, estes deverão ser solicitados formalmente, com embasamento na Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009), que obriga a União, os estados e os municípios a divulgar seus gastos na Internet em tempo real.

Como diretriz geral, não deve ser realizada agregação num mesmo indicador de dados coletados em fontes diferentes.

A pesquisa junto às administrações públicas deverá ser estruturada pela equipe executora do PMCRP a partir das questões definidas para gerar pontuação no cálculo dos indicadores elaborados. Essas questões podem ser conhecidas na coluna “variáveis” da Planilha de indicadores e índices (Anexo II). Caberá à equipe avaliar as questões cuja fonte deve ser a consulta às administrações públicas e aquelas que deveriam ser levantadas por outros meios, como consulta em sítios eletrônicos pela própria equipe executora.

Como diretriz, deve ser priorizado o uso de dados secundários que deveriam estar disponíveis por força de lei específica ou que possam ser produzidos diretamente pela equipe do PMCRP, evitando-se dados secundários que, indisponíveis, dependam da produção discricionária por parte de terceiros. Deverá se evitar ao máximo perguntas às administrações locais que sabidamente demandarão maior esforço de análise.

Qualquer que seja a fonte e o rito padronizado a ser definido para o levantamento, ressalta-se a necessidade de se arquivar as evidências. Para as questões que buscam levantar a existência de normativas municipais, por exemplo, as respostas aos questionários devem prever campo para que seja informado o número da legislação municipal, a fim de (i) evidenciar a existência da normativa e permitir eventual avaliação de seu teor; e, (ii) uma vez confirmada a existência de legislação, não repetir tal questionamento anualmente.

Ressalta-se que o levantamento de legislações específicas, não somente em relação à participação na elaboração e no debate público sobre orçamento municipal, mas também à vinculação do uso de compensações financeiras pelos entes governamentais monitorados e existência de incentivos para diversificação dos setores econômicos existentes no município, poderá, num segundo momento, subsidiar a elaboração de análises comparativas das legislações locais, constituindo-se em subproduto do PMCRP na caracterização não apenas de rendas petrolíferas, mas do arcabouço

institucional que baliza o planejamento, a aprovação e o uso de recursos públicos ao longo da região monitorada.

Embora exista o risco de não se obter resposta às consultas realizadas às administrações públicas, para algumas das questões propostas não se identificou outra forma viável de levantamento além da consulta direta, por aplicação de questionário ou outras ferramentas que a equipe executora do programa venha definir. A possível ausência de fornecimento de informações por parte da administração pública deverá ser monitorada, conforme indicador proposto para essa finalidade (IRP11.5 - Nível de atendimento às demandas por informações).

Se, ao longo da execução do programa, se verificar ausência de resposta pela maioria dos órgãos públicos consultados, devem ser avaliadas formas de se estimular as respostas ou a alteração da fonte dos dados.

As possíveis fontes para obtenção dos dados que constituem variáveis para cálculo dos indicadores e índices são apresentadas a seguir. Ressalta-se que dada a existência de diferentes fontes e a dificuldade de se indicar no momento qual seria a fonte mais apropriada, propõe-se como primeira ação do cronograma de execução do PMCRP a realização de um Diagnóstico acerca das bases de dados, que terá como objetivo definir as bases de dados a serem utilizadas como fonte, a partir da análise das características dessas bases (formato dos dados, desagregação, frequência de disponibilização, facilidade de realização de levantamentos programados, etc.).

V.1.2.1.1 – Fontes de dados

Sobre a produção de petróleo e gás natural

Os dados sobre a produção de petróleo e gás natural demandados para o cálculo dos indicadores serão obtidos no site da ANP, onde são disponibilizados em diferentes categorias: por produto (gás e petróleo), por

bacia produtora, por estado produtor, por localização do campo (terrestre e marítima), por regime regulador¹⁵, entre outros.

Sobre as rendas petrolíferas

No âmbito do PMCRP serão consideradas rendas petrolíferas recebidas pelos municípios e estados: (i) Compensações financeiras (royalties e participações especiais da produção de petróleo e gás natural) e (ii) tributos¹⁶ (impostos, taxas e contribuições) gerados por atividades inseridas nos segmentos da cadeia produtiva considerada, fornecedores e estruturas de apoio.

Sobre as compensações financeiras (royalties e participações especiais)

Os dados sobre as compensações financeiras geradas pela produção de petróleo e gás natural são disponibilizados no site da ANP em diferentes

¹⁵ Existem três regimes reguladores para exploração e produção de petróleo no Brasil: partilha, concessão e cessão onerosa. A Lei nº 12.351, promulgada em 22/12/2010, estabeleceu no País o regime de **partilha** da produção para as áreas do polígono do Pré-sal e outras áreas que sejam consideradas estratégicas. Para todo o restante do território – cerca de 98% da área total das bacias sedimentares brasileiras –, vigora o regime de **concessão** estabelecido pela Lei nº 9.478, de 6/8/1997. Outra lei complementa a regulação do setor, a Lei nº 12.276, de 30/6/2010, que autorizou a União a realizar a **cessão onerosa** à Petrobras de uma área com o equivalente a 5 bilhões de barris de petróleo e, em contrapartida, a União obteve mais ações da Petrobras (Fonte: ANP, 2020 - <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas>, acesso em 15/09/2020).

¹⁶ Conforme informado anteriormente, cabe destacar que: "Tendo em vista que a titularidade do mar territorial foi conferida à União Federal, em interpretação sistemática do texto constitucional, por aplicação do princípio constitucional da imunidade recíproca insculpida no artigo 151, I da Constituição Federal, a tributação em águas marítimas é vedada aos Estados e Municípios." "Logo, as atividades ocorridas nas águas marítimas, por si só, não autorizariam a incidência do aludido imposto municipal à falta de autorização constitucional e por gerar colisões normativas e conflitos de competência, pois os serviços ali prestados são de competência da União." "Todavia, inobstante a complexidade do tema e as diversas interpretações e abordagens que possam ser defendidas, o que se observa é a tendência jurisprudencial no sentido de afirmar a competência dos entes municipais em tributar serviços prestados em águas marítimas, inclusive em ampliar os termos da lista de serviços para alcançar quaisquer outras atividades com o núcleo semântico daquele item expressamente descrito, eis que comporta interpretação extensiva." (Simões, 2014).

categorias: por campo produtor e sua localização (terrestre e marítima); por regime regulador (concessão, cessão onerosa e partilha), entre outros.

Também se encontram disponíveis dados sobre a distribuição de royalties e participações especiais entre os beneficiários. Tais dados são anualmente disponibilizados de forma consolidada (dados referentes ao montante recebido por cada beneficiário em cada ano).

Em relação aos montantes de royalties e participações especiais repassados aos municípios, será realizado no site da ANP o levantamento dos valores recebidos por cada município monitorado. Deve ser considerado o mês de efetivo recebimento do recurso pelo município e não o mês a que se refere a produção que originou a renda. Tais informações também são disponibilizadas pelos municípios em seus portais de transparência, pelos Tribunais de contas dos municípios e Estados, nas bases de dados do governo federal, entre outros. Dada a diversidade de possíveis fontes, a conclusão sobre a fonte que deverá ser utilizada se dará com a realização da atividade “Diagnóstico acerca das bases de dados”, prevista como a primeira ação do cronograma de execução do PMCRP.

Sobre os tributos

Após realização de estudo sobre os tributos gerados pelas estruturas e atividades associadas à cadeia produtiva do petróleo delimitada para o PMCRP, foram definidos aqueles que possuíam viabilidade de inclusão no programa a partir (i) da verificação da disponibilidade dos dados; (ii) da possibilidade de delimitação da parcela referente à cadeia produtiva do petróleo, já que diversos tributos incidem sobre diferentes atividades produtivas; e (iii) da participação do tributo na composição do orçamento público municipal¹⁷.

Foi constatada a possibilidade de utilização dos seguintes tributos no cálculo dos indicadores e índices propostos para o PMCRP: Imposto sobre

¹⁷ O estudo realizado pode ser conhecido no Documento de Premissas do PMCRP, protocolado no órgão ambiental por meio da Carta UN-BS 0046/2019 em 23/12/2019.

Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS). Verificou-se que existem outros tributos oriundos da cadeia produtiva do petróleo que compõem as receitas dos municípios, por transferência fiscal da União, sendo esses: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ); o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI); e a Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Combustíveis); mas, no momento, não seria possível considerá-los no monitoramento, visto que são originados também por diversas atividades não associadas à cadeia produtiva do petróleo e que não é possível segregar a parcela referente à essa cadeia com as informações disponíveis. Entretanto, vindo a ser possível tal segregação, esses tributos devem passar a ser considerados no PMCRP.

Vale ressaltar que os tributos incidentes sobre as atividades consideradas no monitoramento podem ser alterados por meio de mudanças na legislação vigente (reforma tributária) e que se essas alterações se efetivarem deverá ser reavaliada a tributação da cadeia para fins de: identificação dos tributos gerados; delimitação da parcela correspondente à cadeia monitorada; e identificação da participação, ou não, desses tributos nos orçamentos públicos dos municípios e estados.

Apresenta-se a seguir a forma de levantamento dos tributos que serão inicialmente monitorados pelo PMCRP – ICMS, ISS e IPTU.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS.

Os dados devem ser levantados por meio do cálculo indireto do valor recebido pelo município que corresponde à cadeia monitorada, a partir da proporção representada pelas atividades relacionadas à essa cadeia no montante arrecadado pelo Estado.

Em suma, será necessário:

1 – Levantar o valor recebido pelo município por transferência de ICMS do Estado;

Deve ser considerado no cálculo dos indicadores do PMCRP o valor apurado como receita oriunda de transferência de ICMS no orçamento municipal, obtido nos portais de transparência dos municípios. Poderá ser realizado o levantamento também a partir das informações disponibilizadas pelos Estados, sobre as transferências realizadas. Dada a diversidade de possíveis fontes, a conclusão sobre a fonte que deverá ser utilizada se dará com a realização da atividade “Diagnóstico acerca das bases de dados”, prevista como a primeira ação do cronograma de execução do PMCRP.

2 – Levantar qual proporção do ICMS total do Estado correspondente às atividades associadas à cadeia produtiva do petróleo.

Para definir essa proporção deve-se distinguir os valores de ICMS arrecadados que correspondem às seguintes atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)¹⁸, e compará-los ao valor total arrecado pelo Estado:

- i – **0600-0/01** – Extração de Petróleo e Gás Natural;
- ii – **0910-6/00** – Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural;
- iii – **1921-7/00** – Fabricação de produtos do refino do petróleo;
- iv – **2851-8/00** – Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios;
- v – **3314-7/14** – Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo;

¹⁸ A atividade 7739-0/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador, não foi listada por não se tratar de atendimento exclusivo à cadeia produtiva do petróleo.

Ressalta-se que, de forma conservadora, estão sendo indicadas apenas as atividades direta e exclusivamente relacionadas a cadeia monitorada, entretanto, há atividades com outras classificações que fornecem para essa cadeia, como a Divisão 24 (Metalurgia) e a Divisão 28 (Fabricação de Máquinas e Equipamentos) da Seção C (Indústrias de Transformação). Mas considerando que pode não se tratar de fornecimento exclusivo para essa cadeia, o ICMS gerado por tais atividades não será considerado nos cálculos de indicadores e índices propostos para o PMCRP. O subdimensionamento dos dados considerados para o cálculo dos indicadores oriundo desse recorte deverá ser apresentado juntamente com os resultados produzidos.

Caso esses dados não estejam disponíveis nos portais de transparência dos Estados, será preciso obtê-los por meio de solicitação às Secretarias Estaduais.

A proporção definida para determinado ano deverá ser aplicada sobre a receita total do município por transferência da cota-parte do ICMS nesse ano. O valor obtido dessa operação será considerado como “Renda petrolífera” recebida pelo município para fins de cálculo dos indicadores do PMCRP. Ressalta-se que são reconhecidas fragilidades associadas aos cálculos propostos para uso do ICMS na medida da dependência econômica dos municípios das rendas petrolíferas, como o fato de os critérios de distribuição da cota-parte do ICMS aos municípios envolver fatores diversos para o cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM), conforme legislação de cada Estado. Entretanto, por se tratar de receita que pode ser representativa nos orçamentos de alguns municípios, e considerando que o cálculo proposto apresenta uma relação direta entre as atividades da cadeia produtiva do petróleo no Estado e a receita do município oriunda de transferência de cota-parte do ICMS, optou-se por incluí-lo no cálculo dos indicadores do PMCRP, numa tentativa de melhor aferição da medida de dependência econômica dos orçamentos municipais em relação às rendas petrolíferas.

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Imposto sobre Serviços – ISS

Os dados sobre os valores de IPTU e ISS arrecadados pelos municípios oriundos da cadeia produtiva monitorada deverão ser levantados junto às administrações públicas municipais. Destaca-se que, sendo verificada a dificuldade de obtenção dos dados da forma proposta a seguir em grande parte dos municípios, na etapa de aprimoramento metodológico do PMCRP deverá ser avaliada a opção de se alterar a fonte dos dados, admitindo-se a possibilidade de levantamento junto às empresas operadoras.

A partir dos dados disponíveis em portais de transparência municipais ou por meio de consulta direta aos órgãos municipais responsáveis pela arrecadação¹⁹, devem ser levantados os valores arrecadados a título de IPTU e ISS de empresas que atuam no município executando as seguintes atividades da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)²⁰:

- i – **0600-0/01** – Extração de Petróleo e Gás Natural;
- ii – **0910-6/00** – Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural;
- iii – **1921-7/00** – Fabricação de produtos do refino do petróleo;
- iv- **2851-8/00** – Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios;
- v – **3314-7/14** – Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo;

¹⁹ Via de regra, os municípios possuem mecanismo para segregar os valores pagos pelas empresas com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a qual foi criada para identificar, por meio de um código único, cada área de atividade econômica presente em todo território nacional. No entanto, em pesquisas realizadas em portais de transparência de alguns municípios abrangidos pelo programa, observou-se que esta informação não se encontra disponível.

²⁰ A atividade 7739-0/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador, não foi listada por não se tratar de atendimento exclusivo à cadeia produtiva do petróleo.

Sobre os montantes recebidos devido a cada critério de distribuição das rendas petrolíferas

Serão considerados critérios que motivam o recebimento de rendas petrolíferas por cada município aqueles definidos em legislações específicas sobre distribuição das compensações financeiras (royalties e participações especiais)²¹ e aqueles que geram o pagamento de ICMS, IPTU e ISS.

Propõe-se os critérios a seguir para identificação da proporção recebida devido a cada critério no montante de rendas petrolíferas recebidas pelo município.

a) Confrontação com campo produtor – corresponde ao total das PE recebidas pelos municípios (10% do total de PE geradas pela produção) somado a 22,5% da parcela de royalties > 5% do valor da produção;

b) Confrontação e existência de instalações industriais e de apoio – valor devido aos municípios que compõe a zona de produção principal²², que corresponde a 60% dos 30% da parcela de royalties até 5% sobre o valor da produção devida aos municípios;

c) Existência de oleodutos e gasodutos e estações de compressão e bombeio para escoamento da produção marítima de petróleo e gás natural – valor devido aos municípios que compõe a zona de produção secundária²³,

²¹ Lei 7990/89 alterada pelo §30 do Art. 48 e §70 do Art. 49 da Lei 12.734/12 e Resolução ANP 0454/2018 (Royalties de Partilha)

²² Conforme texto da Lei nº 7.525, de 22/07/1986: “I - zona de produção principal de uma dada área de produção petrolífera marítima o Município confrontante e os Municípios onde estiverem localizadas 3 (três) ou mais instalações dos seguintes tipos: a) instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluindo os dutos; b) instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios.”

²³ Conforme texto da Lei nº 7.525, de 22/07/1986: “II - zona de produção secundária os Municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção, até o final do trecho que serve exclusivamente ao escoamento da produção de uma dada área de produção petrolífera marítima, ficando excluída, para fins de definição da área geoeconômica, os ramais de distribuição secundários, feitos com outras finalidades;”

que corresponde a 10% dos 30% da parcela de royalties até 5% sobre o valor da produção devida aos municípios;

d) Vizinho aos municípios confrontantes ou que possuem instalações industriais ou de apoio, ou que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural – valor devido aos municípios limítrofes ²⁴ à zona de produção principal, que corresponde a 30% dos 30% da parcela de royalties até 5% sobre o valor da produção devida aos municípios;

e) possuem instalações ou são afetados por instalações para embarque e desembarque de petróleo e gás natural produzido no mar – (i) valor devido aos municípios que possuem tais instalações e realizaram operações no período considerado, que corresponde a 10% da parcela de royalties até 5% sobre o valor da produção e (ii) valor devido aos municípios afetados pelas instalações, que corresponde a 7,5% da parcela de royalties maior que 5% do valor da produção;

f) uso do espaço urbano para instalações industriais, de apoio e de empresas associadas à cadeia monitorada – valor devido aos municípios que possuem instalações relacionadas à cadeia monitorada em seu território urbano, que corresponde ao valor total do IPTU arrecadado pelo município pago por instalações utilizadas pelas atividades relacionadas à cadeia monitorada;

g) prestação de serviços e comércio de mercadorias para a cadeia monitorada – valor devido aos municípios pela atividade de empresas fornecedoras de serviços e mercadorias à cadeia monitorada, que corresponde ao valor total do ISS e cota-parte do ICMS recebidos pelo município devido a essas atividades;

Para os critérios de “a” a “e”, os valores recebidos por cada município correspondentes a cada critério serão obtidos por meio dos dados

²⁴ Conforme texto da Lei nº 7.525, de 22/07/1986: “III - zona limítrofe à de produção principal os Municípios contíguos aos Municípios que a integram, bem como os Municípios que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.”

disponibilizados no site da ANP, que consolida tais informações em planilha específica (“Motivo Enquadramento”). Para os critérios g e h os valores serão oriundos do levantamento realizado para os tributos gerados pela cadeia (conforme procedimento explicado no item “Sobre os tributos”).

Sobre os orçamentos públicos estaduais

Para o cálculo dos indicadores e índices propostos no PMCRP será necessário o levantamento de dados sobre a receita dos estados abrangidos pelo programa, para possibilitar o cálculo da proporção representada pelas rendas petrolíferas. Esses dados deverão ser levantados por meio de: consulta às informações disponibilizadas nos portais de transparência dos estados; Tribunais de conta, solicitação direta de informação aos órgãos públicos estaduais, quando essas informações não estiverem disponíveis nos portais de transparência; consulta à base de dados FINBRA disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O Finanças do Brasil – Finbra é o nome do banco de dados formado pelas informações contábeis, orçamentárias e financeiras enviadas pelos entes da federação ao Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, em atendimento ao art. 51 da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O objetivo é ampliar a transparência das contas públicas, facilitando a pesquisa e divulgação dos dados para toda a sociedade.

O Tesouro Nacional disponibiliza uma *Application Programming Interface* (API) de dados abertos para atender à demanda por dados brutos oriundos do Siconfi. Por meio dessa ferramenta, será possível obter dados de todas as informações inseridas pelos entes subnacionais no Siconfi²⁵.

²⁵ <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorios-contabeis-e-fiscais-de-estados-df-e-municipios> e <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> - consulta em 10/09/2020. Existe uma “Cartilha para extração de dados FINBRA/Siconfi” que pode ser consultada em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=21904>

Dada a diversidade de possíveis fontes, a conclusão sobre a fonte que deverá ser utilizada se dará com a realização da atividade “Diagnóstico acerca das bases de dados”, prevista como a primeira ação do cronograma de execução do PMCRP.

Sobre os orçamentos públicos municipais

Para o cálculo dos indicadores e índices propostos no PMCRP será necessário o levantamento de dados sobre os orçamentos públicos dos municípios abrangidos pelo programa. As informações deverão ser levantadas por meio de: consulta às informações disponibilizadas nos portais de transparência municipais; solicitação direta de informação aos órgãos públicos municipais, quando essas informações não estiverem disponíveis nos portais de transparência; consulta aos relatórios entregues pelos municípios aos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs); além da base de dados FINBRA disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresentada no item “*Sobre os orçamentos públicos estaduais*”.

Dada a diversidade de possíveis fontes, a conclusão sobre a fonte que deverá ser utilizada se dará com a realização da atividade “Diagnóstico acerca das bases de dados”, prevista como a primeira ação do cronograma de execução do PMCRP.

A seguir detalham-se os dados a serem levantados sobre os orçamentos públicos municipais.

Sobre as receitas

Deverá ser levantada a receita do município, e a sua composição, identificando a origem, conforme classificação apresentada no quadro a seguir, definida na 8ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2019).

Quadro V.1.2-1 – Classificação da receita orçamentária (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2019).

Categoria Econômica, Origens e Espécies das Receitas Correntes			
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Código
1. Receitas Correntes 7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	1. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1. Impostos	A partir de 1.1.1.0.00.0.0
		2. Taxas	A partir de 1.1.2.0.00.0.0
		3. Contribuições de Melhoria	A partir de 1.1.3.0.00.0.0
	2. Receita de Contribuições ¹²	1. Sociais	A partir de 1.2.1.0.00.0.0
		2. Econômicas	A partir de 1.2.2.0.00.0.0
		3. Para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	A partir de 1.2.3.0.00.0.0
		4. Para Custeio de Iluminação Pública	A partir de 1.2.4.0.00.0.0
	3. Receita Patrimonial	1. Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	A partir de 1.3.1.0.00.0.0
		2. Valores Mobiliários	A partir de 1.3.2.0.00.0.0
		3. Concessões/Permissões/Autorização ou Licença	A partir de 1.3.3.0.00.0.0
		4. Exploração de Recursos Naturais	A partir de 1.3.4.0.00.0.0
		5. Exploração do Patrimônio Intangível	A partir de 1.3.5.0.00.0.0
		6. Cessão de Direitos	A partir de 1.3.6.0.00.0.0
		9. Demais Receitas Patrimoniais	A partir de 1.3.9.0.00.0.0
	4. Receita Agropecuária	0. Agropecuária	A partir de 1.4.0.0.00.0.0
	5. Receita Industrial	0. Industrial	A partir de 1.5.0.0.00.0.0
	6. Receita de Serviços	1. Serviços Administrativos e Gerais	A partir de 1.6.1.0.00.0.0
		2. Serviços e Atividades referentes a Navegação e Transporte	A partir de 1.6.2.0.00.0.0
		3. Serviços e Atividades referentes à Saúde	A partir de 1.6.3.0.00.0.0

		4. Serviços e Atividades Financeiras	A partir de 1.6.4.0.00.0.0
		9. Outros Serviços	A partir de 1.6.9.0.00.0.0
	7. Transferências Correntes	1. Transferências da União e de suas Entidades	A partir de 1.7.1.0.00.0.0
		2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	A partir de 1.7.2.0.00.0.0
		3. Transferências dos Municípios e suas Entidades	A partir de 1.7.3.0.00.0.0
		4. Transferências de Instituições Privadas	A partir de 1.7.4.0.00.0.0
		5. Transferências de Outras Instituições Públicas	A partir de 1.7.5.0.00.0.0
		6. Transferências do Exterior	A partir de 1.7.6.0.00.0.0
		7. Transferências de Pessoas Físicas	A partir de 1.7.7.0.00.0.0
		8. Transferências de Depósitos não Identificados	A partir de 1.7.8.0.00.0.0
	9. Outras Receitas Correntes	1. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	A partir de 1.9.1.0.00.0.0
		2. Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	A partir de 1.9.2.0.00.0.0
		3. Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	A partir de 1.9.3.0.00.0.0
		9. Demais Receitas Correntes	A partir de 1.9.9.0.00.0.0

Categoria Econômica, Origens e Espécies das Receitas de Capital			
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Código
2. Receitas de Capital 8. Receitas de Capital Intraorçamentárias	1. Operações de Crédito	1. Internas	A partir de 2.1.1.0.00.0.0
		2. Externas	A partir de 2.1.2.0.00.0.0
	2. Alienação de Bens	1. Bens Móveis	A partir de 2.2.1.0.00.0.0
		2. Bens Imóveis	A partir de 2.2.2.0.00.0.0
		3. Bens Intangíveis	A partir de 2.2.3.0.00.0.0
	3. Amortização de Empréstimos	0. Amortizações	A partir de 2.3.0.0.00.0.0
	4. Transferências de Capital	1. Transferências da União e de suas Entidades	A partir de 2.4.1.0.00.0.0
		2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	A partir de 2.4.2.0.00.0.0
		3. Transferências dos Municípios e suas Entidades	A partir de 2.4.3.0.00.0.0
		4. Transferências de Instituições Privadas	A partir de 2.4.4.0.00.0.0
		5. Transferências de Outras Instituições Públicas	A partir de 2.4.5.0.00.0.0
		6. Transferências do Exterior	A partir de 2.4.6.0.00.0.0
		7. Transferências de Pessoas Físicas	A partir de 2.4.7.0.00.0.0
		8. Transferências de Depósitos não Identificados	A partir de 2.4.8.0.00.0.0
	9. Outras Receitas de Capital	1. Integralização do Capital Social	A partir de 2.9.1.0.00.0.0
		2. Resultado do Banco Central	A partir de 2.9.2.0.00.0.0
		3. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	A partir de 2.9.3.0.00.0.0
		4. Resgate de Títulos do Tesouro	A partir de 2.9.4.0.00.0.0
		9. Demais Receitas de Capital	A partir de 2.9.9.0.00.0.0

Sobre as despesas

Deverão ser levantadas as despesas do município, e a sua composição, identificando a categoria econômica (Despesas Correntes ou de Capital), o grupo de natureza da despesa (Quadro V.1.2-2), a função²⁶, subfunção e programa de trabalho, conforme classificação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2019).

Quadro V.1.2-2 – Classificação da despesa por natureza (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2019).

Grupo de Natureza da Despesa	
1	Pessoal e Encargos Sociais
2	Juros e Encargos da Dívida
3	Outras Despesas Correntes
4	Investimentos
5	Inversões Financeiras
6	Amortização da Dívida

Será necessário, ainda, levantar quanto das rendas petrolíferas que compõem o orçamento público, em especial dos royalties e participações especiais, é destinado para cada função, subfunção e programa de trabalho. Esse rastreamento pode ser dificultado pelo formato de apresentação dos dados pela administração pública municipal, cabendo solicitação do detalhamento necessário.

Sobre a existência de vinculação entre receitas e despesas municipais

Deverá ser levantado junto ao poder público municipal, por meio de consulta à legislação municipal disponível na internet ou por consulta direta, a existência de legislações municipais que vinculem as rendas petrolíferas a algum tipo de despesa.

²⁶ Funções das despesas nos orçamentos públicos: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, Encargos Especiais

Sobre a existência de mecanismos e iniciativas que aumentam ou diminuem a dependência das rendas petrolíferas

Cabe ao poder público atenuar os efeitos negativos decorrentes tanto das oscilações econômicas quanto de uma eventual dependência da renda petrolífera. Desta forma, é necessário o monitoramento da existência de iniciativas, políticas públicas, planos e projetos existentes, ou em desenvolvimento, partindo de questões sobre a existência de: fundos soberanos; implantação de ações voltadas à amortização da dependência das rendas petrolíferas em períodos de flutuação no preço, ou de redução no volume produzido de petróleo e gás natural; de incentivo por parte do governo municipal de ações voltadas para a atração de investimentos ou à criação de oportunidades em atividades distintas da cadeia de petróleo e gás natural.

A partir de consultas realizadas na internet, conclui-se que essas informações nem sempre se encontram disponíveis, ou estão disponíveis de forma desagregada, o que geraria um grande esforço de levantamento. Sendo assim, sugere-se o levantamento dessas informações por meio de consulta direta às administrações públicas dos municípios para os quais for identificada dependência econômica das rendas petrolíferas.

Sobre a transparência pública municipal

Cabe ao poder público dar transparência às informações sobre o orçamento público municipal. Tendo em conta a ausência de um procedimento formal para avaliar o grau de transparência pública dos municípios, a sugestão é a elaboração de indicadores que meçam: (i) a existência e qualidade de canais de transparência para a população referente ao orçamento público municipal; (ii) a facilidade de acesso da população ao conteúdo relacionado ao orçamento público municipal; (iii) a qualidade da linguagem e dos dados disponibilizados em termos de compreensão e apropriação pela população; (iv) a acessibilidade irrestrita aos dados públicos pela população; (v) a atualização dos dados disponibilizados sobre o orçamento público para a população.

O levantamento dessas informações deverá ser feito por intermédio de pesquisa nos portais de transparência das prefeituras, em outros sítios da internet ou por consulta direta à administração pública municipal, a ser feita pela equipe executora do PMCRP a partir das questões definidas para gerar pontuação no cálculo dos indicadores elaborados. Essas questões podem ser conhecidas na coluna “variáveis” da Planilha de indicadores e índices (Anexo II).

Sobre a participação popular

Para se avaliar o incentivo dos municípios à participação popular na discussão do orçamento, devemos considerar se existem mecanismos de participação na discussão orçamentária ou ao menos esforços concretos do Poder Público Municipal nesse sentido. Tendo em conta a ausência de um procedimento formal para avaliar a influência da sociedade no planejamento e controle das receitas e despesas que compõem a execução orçamentária, a sugestão seria a elaboração de indicadores que meçam: (i) a existência e garantias legais de funcionamento de mecanismos que permitam a participação da população na esfera administrativa; (ii) a existência e utilização de canais de acesso da população ao planejamento do orçamento público municipal; (iii) a existência de mecanismos que favorecem a participação da população na discussão do orçamento público; (iv) a existência de registro de demandas da população para a priorização de necessidades no orçamento municipal; e (v) a apresentação, aprovação e execução de propostas oriundas da participação direta da população.

O levantamento dessas informações deverá ser feito por intermédio de pesquisa nos portais de transparência das prefeituras, em atas das audiências públicas do orçamento disponíveis nas prestações de contas dos municípios nos sítios eletrônicos dos Tribunais de Contas, em outros sítios da internet ou por consulta direta à administração pública municipal, a ser feita pela equipe executora do PMCRP a partir das questões definidas para gerar pontuação no cálculo dos indicadores elaborados. As questões podem ser conhecidas na coluna “variáveis” da Planilha de indicadores e índices (Anexo II). O

diagnóstico acerca das bases de dados contemplará a indicação das fontes mais apropriadas para levantamento dessas informações.

Sobre a existência de boas práticas nos municípios

A partir dos resultados obtidos para os índices propostos pelo PMCRP, anualmente deverá ser levantada e/ou atualizada a existência de boas práticas nos 10 municípios mais bem classificados em cada índice. Uma vez identificadas, as boas práticas deverão ser divulgadas em seção específica do Boletim do programa. Esse levantamento deverá ser sistematizado e armazenado no Banco de Dados Socioeconômicos (BDS), e poderá ser importante para o planejamento de atividades de intercâmbio dos Projetos de Educação Ambiental (PEA), visando o conhecimento de experiências que tenham trazido bons resultados para os municípios que as implementaram e que possam ser aproveitadas em outros municípios.

Sobre o número de habitantes dos municípios

Os dados sobre o número de habitantes dos municípios para o cálculo da receita per capita devem ser obtidos por meio de sistema agregador de informações sobre municípios e estados do Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pode ser consultado em <https://cidades.ibge.gov.br>.

V.1.2.1.2 – Formato dos dados

Todos os dados levantados deverão ser organizados em planilhas padronizadas a serem arquivadas no BDS, no qual os dados coletados serão armazenados podendo ser exportados posteriormente. Destaca-se que o BDS será compartilhado entre as empresas operadoras no âmbito do PMAIS.

Ressalta-se que por ora as informações apresentadas sobre os dados a serem levantados para o cálculo dos indicadores e índices propostos são apenas a elaboração conceitual do conteúdo do BDS, que deverá ser implementado como um banco de dados relacional através de um Sistema de Informações Geográficas. A base de dados deve respeitar os padrões de interoperabilidade do *Open Geospatial Consortium* – OGC e todos os objetos de banco de dados devem conter um “alias” ou um dicionário de dados, assim como devem vir acompanhados de metadados respeitando o Perfil de Metadados Brasileiro (Perfil MGB) ou a ISO 19115. Essa base de dados será elaborada a partir da consolidação das propostas metodológicas dos programas do eixo de caracterização do Plano Macro (Eixo 1) e apresentada juntamente com a Proposta Metodológica do PMAIS, conformando a padronização dos dados a serem fornecidos pelos programas do Eixo de Caracterização ao PMAIS.

Essas definições são importantes para garantir que, a partir do carregamento dos dados levantados pelo PMCRP no BDS, seja possível a inter-relação dos dados para a produção das análises regionais e integradas a serem efetivadas pelo PMAIS.

Destaca-se que os dados brutos a serem levantados pela equipe executora do PMCRP e armazenado no banco devem estar totalmente acessíveis para consulta e extração pelo público, devendo ser prevista tal categoria de acesso na construção do BDS.

V.1.2.2 – Apresentação dos resultados

Uma vez definido o fenômeno que se pretende caracterizar e monitorar, as questões necessárias para essa caracterização e monitoramento, e os dados necessários para respondê-las, bem como as respectivas fontes e formas de levantamento, faz-se necessário definir a forma de apresentação dos resultados. Observando as recomendações do Ibama encaminhadas por meio do PAR nº 144/2019 COPROD/DILIC/IBAMA e verificando as ferramentas e formatos disponíveis, propõe-se a apresentação dos resultados

como indicadores e índices, aplicando-se, ainda, para os casos em que for viável, análises gráficas e especializadas, conforme descrito nos itens a seguir.

Os formatos propostos nesse item para apresentação dos resultados não são os únicos passíveis de utilização pela equipe executora do PMCRP, que poderá optar pelo uso de outros formatos e metodologias para realização de análises aplicáveis ao programa, que possibilitem associar municípios com perfis semelhantes a fim de compreender melhor os fatores que determinariam a caracterização desses perfis (baseado nos indicadores), entre outras possibilidades que a equipe venha a identificar. Entretanto, destaca-se a necessidade de alinhamento com a equipe executora do PMAIS para definição das metodologias a serem utilizadas, para que seja possibilitado o alcance da integração e complementariedade necessárias entre as análises a serem realizadas no âmbito do PMCRP e do PMAIS, e para delimitar a atuação de cada equipe e de cada programa.

Ressalta-se que, na apresentação dos resultados que envolvam valores em moeda corrente no país, as comparações históricas devem considerar correções monetárias para fins de correta comparação entre os valores. Indica-se, minimamente, considerar os índices de inflação, podendo a equipe executora do programa definir outros índices ou composição de índices que julgue mais adequada para a correção monetária dos valores. Sugere-se que sejam disponibilizados os valores com e sem correção, para os casos em que tal opção não prejudicar a apresentação dos resultados.

V.1.2.2.1 – Indicadores e Índices

A opção pelo uso de Indicadores e Índices, além de atender às recomendações do órgão ambiental, justifica-se por ser uma importante ferramenta de gerenciamento adotada para proporcionar uma avaliação mais detalhada e expedita de algum assunto investigado ou dos impactos inerentes à determinada atividade, além de servir como instrumento de apoio à tomada de decisões no âmbito da avaliação a ser realizada a partir dos resultados obtidos para os indicadores e índices definidos.

Um indicador pode ser composto por um dado individual ou um agregado de informações, sendo que um bom indicador deve conter, no mínimo, os seguintes atributos: simples de entender; quantificação estatística e lógica coerente; e comunicar eficientemente o estado do fenômeno observado. Já o Índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo, onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem.

A quantidade de indicadores e estatísticas sociais disponíveis varia muito em função do tema, do aspecto da realidade que se deseja investigar dentro daquele tema e da abrangência geográfica desejada, entre outros. É necessário, então, fazer escolhas, selecionar os indicadores mais adequados para os aspectos da realidade que se pretende investigar.

No caso específico do PMCRP, especial atenção será dada aos indicadores que revelem os aspectos dinâmicos da produção petrolífera, geração e distribuição de compensações financeiras e tributos oriundos da cadeia produtiva, a representatividade das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos, a existência de dependência dos orçamentos municipais em relação a essas rendas e de mecanismos de controle social (transparência e participação popular).

Os indicadores aqui selecionados devem capturar tendências relativas a esses aspectos apontando para mudanças em diferentes escalas - municipais, estaduais, macrorregionais e nacional. Com isso, acredita-se ser possível não apenas analisar o objeto do PMCRP, mas estabelecer pontes com outros processos socioambientais, que poderão ser explorados na etapa de avaliação e de proposição do próprio PMAIS.

Sabe-se que é comum lidar com impasses na definição da periodicidade ideal para cada evento a ser medido, estabelecer uma série histórica adequada ou ter à disposição dados suficientes para a construção de uma variável ou índice. São obstáculos intrínsecos a qualquer trabalho de monitoramento. Nesse caso, cabe na publicização de cada indicador informar suas limitações e possíveis lacunas nas análises.

A fim de organizar as informações necessárias para a compreensão dos indicadores e índices propostos por todos que tenham acesso ao PMCRP, será

apresentada uma planilha padrão composta pelos indicadores e índices propostos, cujo formato é comum a todos os programas de monitoramento que compõem o Eixo de Caracterização do Plano Macro. Nessa planilha são apresentadas as seguintes informações: tema, subtema²⁷, questão; tipo de indicador; código do indicador; nome do indicador; unidade de medida; descrição do indicador; fórmula para cálculo; variáveis envolvidas; fonte dos dados; ano de início para coleta dos dados; periodicidade de coleta; área de abrangência dos dados; escala de análise; forma de apresentação; ressalvas relacionadas ao indicador e programa responsável pelo levantamento dos dados.

São considerados três tipos de indicadores para fins de articulação do monitoramento e avaliação de impacto entre os programas do Eixo de caracterização do Plano Macro, sendo eles:

- **Indicador Básico:** relacionado ao objeto específico do programa de monitoramento, cujo cálculo demanda apenas dados levantados pelo próprio programa.

- **Indicador Articulado:** se relaciona ao assunto/objeto de dois ou mais programas, e assim seu cálculo demanda dados de mais de um programa. Será calculado em apenas um dos programas, que se utilizará dos dados dos demais programas relacionados. No entanto, no que tange à divulgação dos resultados, quando pertinente será realizada em todos os programas vinculados ao indicador.

- **Indicador Complementar:** relacionado ao assunto/objeto do programa, mas direcionado para tratamento pelo PMAIS, por ser mais amplo em termos de área de abrangência, por depender de dados levantados por mais de uma empresa, ou por não ser aplicável o levantamento por uma única operadora.

Já no caso dos índices, eles podem ser conceituados livremente como um nível acima de agregação de indicadores. Ou seja, com a aplicação de

²⁷ Os temas e subtemas propostos dialogam com os eixos temáticos pré-definidos para o PMAIS, portanto, estão sujeitos a alterações por não terem sido avaliados pelo órgão ambiental.

modelos matemáticos simples ou complexos busca-se alcançar um valor de índice, identificando as distintas dimensões que o fenômeno monitorado pode expressar. Um índice ligado às rendas petrolíferas, por exemplo, pode sistematizar processos simultâneos relacionados à dependência das rendas petrolíferas, busca pela diminuição da dependência, grau de transparência e de participação popular. Nesse caso, é muito comum partir inicialmente para a “normalização” de cada indicador, relativo a cada dimensão.

Após esse exercício de normalização, compõem-se os índices por meio de métodos de construção aritméticos (lineares, médias, valores máximos e mínimos etc.). Ao final, apresentam-se valores escalonados, permitindo assim, inclusive, o ranqueamento entre os resultados para fins de comparabilidade dos índices (DGA, 2000).

V.1.2.2–2 - Análise Gráfica

Os dados gerados deverão ser analisados por meio de softwares de BI, que são softwares de análise projetados para a exploração de dados. Tais softwares permitem a construção de painéis interativos e dashboards, visualizações de dados para análises preditivas e dinâmicas e a construção de diversas visualizações gráficas para compor o relatório, de forma que atende as necessidades de intercruzamento de dados do BDS.

Na apresentação dos indicadores e índices propostos para responder as questões será informado o tipo de análise gráfica a ser realizada para melhor visualização dos resultados.

V.1.2.2–3 - Análise Espacializada

Alguns dados serão georreferenciados, sendo esses prioritariamente: proporção representada pelas rendas petrolíferas nas receitas estaduais e municipais; grau de dependência dos orçamentos públicos municipais; de existência de iniciativas para diminuição das rendas petrolíferas; de

transparência e de participação popular (mapas coropléticos de acordo com a proporção ou pontuação alcançada).

Tais dados deverão ser tratados em sistemas de informações geográficas dedicados a trabalhar com mapas e informações geográficas, por exemplo o *ArcGIS*. O software utilizado deve ser capaz de realizar o adequado tratamento pretendido dos dados, e possuir ferramentas de geoprocessamento e raciocínio analítico capazes de trabalhar com grande volume de dados e gerar os resultados esperados para o programa.

Na apresentação dos indicadores e índices propostos para responder as questões será informado o tipo de análise espacializada a ser realizada para melhor visualização dos resultados.

V.2 – Indicadores e Índices propostos

Para responder as questões propostas foram elaborados indicadores e índices que buscam apresentar informações sobre os dados coletados de forma a facilitar sua compreensão e análises de variação ao longo dos anos. Tanto os indicadores quanto os índices propostos são apresentados no **Anexo II – Planilha de Indicadores e Índices**.

A seguir são apresentadas as questões propostas, com as respectivas fichas de cada indicador e índice, bem como uma síntese do que se espera obter como caracterização e formas de apresentação (gráfica e especializada).

1. Qual é a proporção da produção de petróleo e gás natural na região abrangida pelo programa perante a produção nacional?

Código: IRP1.1 Produção nacional total de petróleo e gás natural		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unid.
Produção nacional total de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres do país, no período considerado para monitoramento	$IRP1.1 = PPT + PPM + PGT + PGM$	Barril de óleo equivalent e (boe)
Variáveis		Periodicidade Anual
PPT - Produção de petróleo em todos os campos terrestres do país, em barril de óleo equivalente		Ano de início
PPM - Produção de petróleo em todos os campos marítimos do país, em barril de óleo equivalente		2010
PGT - Produção de gás natural em todos os campos terrestres do país, em barril de óleo equivalente		
PGM - Produção de gás natural em todos os campos marítimos do país, em barril de óleo equivalente		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo a produção de petróleo da produção de gás natural e a produção marítima da produção terrestre.	Nacional	
Observações: Não aplicáveis.		

Código: IRP1.2 Proporção da produção representada pelas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção da soma da produção de petróleo e gás natural nos campos marítimos localizados nas Bacias de Campos, Santos e Espírito Santo em relação à produção nacional, no período considerado para monitoramento.	$IRP1.2 = \frac{PBS + PBC + PBE}{IRP1.1} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade Anual
PBS - Produção de petróleo e gás natural dos campos marítimos localizados na Bacia de Santos, em barril de óleo equivalente		Ano de início
PBC - Produção de petróleo e gás natural dos campos marítimos localizados na Bacia de Campos, em barril de óleo equivalente		2010
PBE - Produção de petróleo e gás natural dos campos marítimos localizados na Bacia do Espírito Santo, em barril de óleo equivalente		
IRP1.1 - Produção nacional total de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres do país, no período considerado para monitoramento		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, informando o volume e a proporção da produção de cada bacia em relação à produção nacional	Bacia Sedimentar	
Observações: São apresentados os volumes totais de produção por bacia, sem distinção entre produção de petróleo e de gás natural.		

Código: IRP1.3 Proporção da produção representada pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção da produção de petróleo e gás natural pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em relação à produção nacional, no período considerado para monitoramento	$IRP1.3n = \frac{\sum n PE_n}{IRP1.1} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PE- Produção de petróleo e gás natural de cada estado, em barril de óleo equivalente		Anual
n - Varia entre os Estados monitorados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)		Ano de início
IRP1.1 - Produção nacional total de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres do país, no período considerado para monitoramento		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, informando o volume e a proporção da produção de cada estado em relação à produção nacional	Estadual	
Observações: São apresentados os volumes totais de produção por estado, sem distinção entre produção de petróleo e de gás natural, e entre produção marítima e terrestre.		

2. Quanto é gerado de royalties e participações especiais pela produção de petróleo e gás natural?

Código: IRP2.1 Montante de royalties e participações especiais gerado pela produção nacional de petróleo e gás natural		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Montante de royalties e participações especiais gerado pela produção de petróleo e gás natural no país, em campos marítimos e terrestres, em moeda corrente, no período considerado para monitoramento	$IRP2.1 = ROY + PE$	R\$ Moeda corrente no país
Variáveis		Periodicidade
ROY - Volume total de royalties gerado pela produção nacional de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres, em moeda corrente no país		Anual, mensal
PE - Volume total de participações especiais gerado pela produção nacional de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres, em moeda corrente no país		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o valor e a proporção correspondente aos Royalties e às participações especiais	Nacional	
Observações: São apresentados os valores totais de royalties e participações especiais gerados, sem distinção entre os valores gerados pela produção de petróleo e de gás natural, entre produção marítima e terrestre, entre tipos de regime (concessão, partilha ou cessão onerosa) ou regra aplicável de acordo com a área de produção ou data de assinatura do contrato com a agência reguladora (ANP).		

Código: IRP2.2 Montante de royalties e participações especiais gerado por barril de petróleo e gás natural produzido no país		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Montante de royalties e participações especiais gerado por barril de petróleo e gás natural produzido no país	$IRP2.2 = \frac{IRP2.1}{IRP1.1}$	R\$/boe Moeda corrente no país/barril de óleo equivalente e
Variáveis		Periodicidade
IRP2.1 - Montante de royalties e participações especiais gerado pela produção de petróleo e gás natural no país, em campos marítimos e terrestres, em moeda corrente, no período considerado para monitoramento		Anual, mensal
IRP1.1 - Produção nacional total de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres do país, no período considerado para monitoramento		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica	Nacional	
Observações: São utilizados no cálculo os valores totais de royalties e participações especiais gerados, sem distinção entre os valores gerados pela produção de petróleo e de gás natural, entre produção marítima e terrestre, entre tipos de regime (concessão, partilha ou cessão onerosa) ou regra aplicável de acordo com a área de produção ou data de assinatura do contrato com a agência reguladora (ANP).		

Código: IRP2.3 Montante de royalties e participações especiais gerado por barril equivalente de petróleo e gás natural produzido em campos marítimos, por tipo de regime regulador		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Montante de royalties e participações especiais gerado por barril de petróleo e gás natural produzido em campos marítimos no país, por tipo de regime regulador (concessão, cessão onerosa e partilha), no período considerado para monitoramento	$IRP2.3x = \frac{\sum_n ROYCampo_n + PECampo_n}{\sum_n PCampo_n}$	R\$/boe Moeda corrente no país/barril de óleo equivalente e
Variáveis		Periodicidade
ROYCampo - Volume total de royalties gerado pela produção de petróleo e gás natural por campo produtor marítimo, sob o mesmo regime regulador, em moeda corrente no país PECampo - Volume total de participação especial gerado pela produção de petróleo e gás natural por campo produtor marítimo, sob o mesmo regime regulador, em moeda corrente no país PCampo - Volume da produção de petróleo e gás natural por campo produtor marítimo, sob o mesmo regime regulador, em barril de óleo equivalente x - varia entre os tipos de regime regulador: Concessão, Cessão Onerosa ou Partilha n - varia entre os campos marítimos produtores sob cada regime regulador (Concessão, Cessão Onerosa ou Partilha)		Anual, mensal
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o resultado por tipo de regime regulador	Nacional	
Observações: São utilizados no cálculo os valores totais de royalties e participações especiais gerados apenas pela produção marítima, sem distinção entre os valores gerados pela produção de petróleo e de gás natural, ou data de assinatura do contrato com a agência reguladora (ANP).		

3. Qual a proporção de royalties e participações especiais recebida pelos beneficiários?

Código: IRP3.1 Proporção de Participações Especiais recebida por beneficiário		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de participações especiais recebida por cada beneficiário (União - MMA, MME, Fundo Social, Educação, Saúde; Estados e Municípios) em relação ao total de Participações Especiais distribuído, no período considerado para monitoramento	$IRP3.1 = \frac{PEBenef_n}{PE} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEBenef - Volume total de participações especiais recebido por tipo de beneficiário, em moeda corrente no país		Anual, mensal
n - varia de acordo com os beneficiários: União - MMA, MME, Fundo Social, Educação, Saúde; Estados e Municípios		Ano de início
PE - Volume total de participações especiais gerado pela produção nacional de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres, em moeda corrente no país		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o montante e a proporção recebida por cada beneficiário	Entes da Federação	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP3.2 Proporção de Royalties recebida por beneficiário		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de royalties recebida por cada beneficiário (União - Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Social, Educação e Saúde; Estados; Municípios; e Fundo Especial -Estados e Municípios) em relação ao total de Royalties distribuído, no período considerado para monitoramento	$IRP3.2n = \frac{ROYBenef_n}{ROY} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
ROYBenef - Volume total de royalties recebido por beneficiário, em moeda corrente no país n - varia de acordo com os beneficiários: União - Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Social, Educação e Saúde; Estados, Municípios e Fundo Especial - Estados e Municípios ROY - Volume total de royalties gerado pela produção nacional de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres, em moeda corrente no país		Anual, mensal
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o montante e a proporção recebida por cada beneficiário	Entes da Federação	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP3.3 Proporção de royalties e participações especiais recebida por beneficiário		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de royalties e participações especiais recebidos por cada beneficiário (União - Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia, MMA, MME, Fundo Social, Educação e Saúde; Estados; Municípios; e Fundo Especial - Estados e Municípios), em relação ao total de Participações Especiais e Royalties distribuído, no período considerado para monitoramento	$IRP3.3n = \frac{PEBenef_n + ROYBenef_n}{RPE} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEBenef - Volume total de participações especiais recebido por beneficiário, em moeda corrente no país		Anual, mensal
ROYBenef - Volume total de royalties recebido por beneficiário, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os tipos de beneficiários: União - Comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia, MMA, MME, Fundo Social, Educação e Saúde; Estados; Municípios; e Fundo Especial - Estados e Municípios		2010
RPE - Volume total de royalties e participações especiais gerado pela produção nacional total de petróleo e gás natural em todos os campos marítimos e terrestres, em moeda corrente no país		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o montante e a proporção recebida por cada beneficiário	Entes da Federação	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP3.4 Proporção de royalties e participações especiais recebida pelos Estados monitorados		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de royalties e participações especiais recebidos por cada Estado monitorado (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) em relação ao volume total de royalties e participações especiais distribuído a todos os Estados do país, no período considerado para monitoramento	$IRP3.4n = \frac{\sum_n PEE_n + ROYE_n}{RPEE} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEE - Volume total de participações especiais recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Anual, mensal
ROYE - Volume total de royalties recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os Estados monitorados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)		2010
RPEE - Volume total de royalties e participações especiais distribuído a todos os Estados do país em moeda corrente no país		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o montante e a proporção recebida por cada Estado	Estadual	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP3.5 Proporção de royalties e participações especiais recebida pelos municípios monitorados		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de royalties e participações especiais recebida pelos municípios monitorados em relação ao volume total de royalties e participações especiais distribuído a todos os municípios do país, no período considerado para monitoramento	$IRP3.5 = \frac{\sum_n PEM_n + ROYM_n}{RPEM} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEM - Volume total de participações especiais recebido pelo município, em moeda corrente no país		Anual, mensal
ROYM - Volume total de royalties recebido pelo município, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		2010
RPEM - Volume total de royalties e participações especiais distribuído aos Municípios de todo o país em moeda corrente no país		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica, distinguindo o montante e a proporção recebida por cada Município monitorado	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP3.6 Proporção de royalties e participações especiais geradas por empreendimentos da área de abrangência do PMCRP recebida pelos municípios da área de influência		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de royalties e participações especiais recebida pelos municípios da área de influência em relação ao volume total de royalties e participações especiais oriundos da produção dos empreendimentos da área de abrangência do PMCRP no período considerado para monitoramento	$IRP3.6 = \frac{\sum_n PE_n + ROYM_n}{\sum_x PEEM_x + ROY_x} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEM - Volume total de participações especiais recebido pelo município, em moeda corrente no país		Anual, mensal
ROYM - Volume total de royalties recebido pelo município, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os municípios da área de influência dos empreendimentos		2010
PEEM - Volume total de participações especiais oriundas da produção dos empreendimentos da área de abrangência do PMCRP, em moeda corrente no país		
ROYEM - Volume total de royalties oriundos da produção dos empreendimentos da área de abrangência do PMCRP, em moeda corrente no país		
x - varia entre os empreendimentos da área de abrangência do PMCRP		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráficos com comparação histórica	Macrorregional, por empreendimento	
Observações: Não aplicáveis		

4. Qual é a proporção que as rendas petrolíferas assumem na composição do orçamento público dos Estados monitorados?

Código: IRP4.1 Proporção representada pelos Royalties e Participações Especiais na receita total do Estado		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção dos Royalties e Participações Especiais recebidos pelo Estado monitorado em relação a receita total do Estado no período monitorado	$IRP4.1 = \frac{PEE_n + ROYE_n}{RTE_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEE - Volume total de participações especiais recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Anual
ROYE - Volume total de royalties recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Ano de início
RTE = Receita total do Estado, em moeda corrente no país		2010
n - varia entre os Estados monitorados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráfico com comparação histórica	Estadual	
Observações: Não aplicáveis.		

Código: IRP4.2 Proporção representada pela cota parte do ICMS oriunda da cadeia de P&G na receita total do Estado		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção do ICMS oriundo de atividades associadas à cadeia de P&G, que compõe a receita do estado monitorado, em relação à receita total do Estado no período monitorado	$IRP4.2 = \frac{ICMSP\&G_n}{RTE_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
ICMSP&G = Parcela do ICMS oriundo de atividades associadas à cadeia de P&G, que compõe a receita do estado, em moeda corrente no país		Anual
RTE - Receita total do Estado, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os Estados monitorados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráfico com comparação histórica	Estadual	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso, os dados são subdimensionados.		

Código: IRP4.3 Proporção representada pelas rendas petrolíferas na receita total do Estado		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção representada pelo somatório do ICMS oriundo de atividades associadas à cadeia de P&G, que compõe a receita do estado, dos Royalties e das Participações Especiais recebidos pelo Estado, em relação a receita total do Estado no período monitorado	$IRP4.3 = \frac{PEE_n + ROYE_n + ICMSP\&G_n}{RTE_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
PEE - Volume total de participações especiais recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Anual
ROYE - Volume total de royalties recebido pelo Estado, em moeda corrente no país		Ano de início
ICMSP&G = Parcela do ICMS oriundo de atividades associadas à cadeia de P&G, que compõe a receita do estado, em moeda corrente no país		2010
RTE - Receita total do Estado, em moeda corrente no país		
n - varia entre os Estados monitorados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Gráfico com comparação histórica e Mapa com intensidade de cores de acordo com o percentual alcançado	Estadual	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas.		
Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.).		
Por isso os dados são subdimensionados.		

5. Qual o montante de rendas petrolíferas recebidas pelos municípios monitorados?

Código: IRP5.1 Royalties e Participações Especiais recebidos pelos municípios monitorados		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Montante anual de Royalties e Participações Especiais gerado pela produção de petróleo e distribuído para cada um dos municípios monitorados.	$IRP5.1 = PEM_n + ROYM_n$	R\$ (moeda corrente no país)
Variáveis		Periodicidade
PEM - Volume total de participações especiais recebido pelo município, em moeda corrente no país		Anual, mensal
ROYM - Volume total de royalties recebido pelo município, em moeda corrente no país		Ano de início
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica para cada município, distinguindo a proporção e o montante recebido a título de Royalties e de Participações Especiais	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP5.2 Tributos oriundos da cadeia de P&G pagos aos municípios monitorados		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Montante de impostos arrecadados em cada município monitorados em decorrência das atividades de comércio (ICMS), de prestação de serviços (ISS) e das propriedades ou instalações (IPTU) associadas à cadeia de P&G, no período monitorado.	$IR5.2 = IPTU_n + ISS_n + ICMS_n$	R\$ (moeda corrente no país)
Variáveis		Periodicidade
IPTU = Total anual do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (R\$) pago ao município monitorado por empresas da cadeia de P&G ISS = Total anual do Imposto sobre Serviços (R\$) pagos ao município monitorado por empresas da cadeia de P&G; ICMS* = Proporção da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (R\$) paga ao município, equivalente a proporção paga do imposto ao estado pelas empresas das cadeias de P&G. n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		Anual
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica para cada município	Municipal	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso os dados são subdimensionados.		

Código: IRP5.3 Total de Rendas Petroliíferas recebidas pelos municípios monitorados.		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Somatório do montante total de Royalties, Participações Especiais e tributos destinados a cada município no período monitorado	$IRP5.3_n = IRP5.1_n + IRP5.2_n$	R\$ (moeda corrente no país)
Variáveis		Periodicidade
IRP5.1 - Royalties e Participações Especiais recebidos pelos municípios monitorados		Anual
IRP5.2 - Tributos oriundos da cadeia de P&G pagos aos municípios monitorados		Ano de início
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		2010
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica para cada município		Municipal
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso os dados são subdimensionados.		

Código: IRP5.4 Proporção das Rendas Petrolíferas recebidas pelo município em relação aos demais municípios monitorados		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de rendas petrolíferas (Royalties, Participações Especiais e tributos gerados pela cadeia de P&G) destinada a cada município, em relação ao total de rendas petrolíferas recebido pelo conjunto dos municípios monitorados, no período considerado.	$IRP5.4_n = \frac{IRP5.3_n}{\sum_n IRP5.3_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
IRP5.3 - Total de Rendas Petrolíferas recebida pelos municípios monitorados.		Anual
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica entre os municípios, indicando a proporção recebida por cada município	Municipal	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso os dados são subdimensionados.		

6. Considerando os critérios que qualificam o município como receptor de rendas petrolíferas, qual a proporção recebida devido a cada um destes critérios?

Código: IRP6.1 Proporção de rendas petrolíferas recebidas pelos municípios devido a cada critério		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de rendas petrolíferas recebidas pelos municípios devido a cada critério em relação ao total de rendas petrolíferas recebidas pelo município no período monitorado.	$IRP6.1_{xn} = \frac{RPCrit_{xn}}{IRP5.3_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
RPCrit - montante recebido devido a cada critério x- varia entre os critérios de recebimento de rendas petrolíferas: a) Confrontação com campo produtor (Total das PE recebidas pelos municípios - 10% do total de PE + 22,5% da parcela de royalties > 5%) b) Confrontação e existência de instalações industriais e de apoio (zona de produção principal - 60% de 30% da parcela até 5%) c) Existência de oleodutos e gasodutos e estações de compressão e bombeio para escoamento da produção marítima de petróleo e gás natural (zona de produção secundária - 10% de 30% da parcela até 5%) d) Vizinho aos municípios confrontantes ou que possuem instalações industriais ou de apoio, ou que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural (limitrofes - 30% de 30% da parcela até 5%). e) possuem ou são afetados por instalações para embarque e desembarque de petróleo e gás natural produzido no mar (10% da parcela até 5% + 7,5% da parcela >5%) f) uso do espaço urbano para instalações industriais, de apoio e de empresas associadas à cadeia de P&G (IPTU) g) prestação de serviços e comércio de mercadorias na cadeia de P&G (ISS e ICMS) IRP5.3 - Total de Rendas Petrolíferas recebida pelos municípios monitorados. n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		Anual
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica para cada município, indicando a proporção recebida por cada critério	Municipal	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.).		

7. Qual é a proporção que rendas petrolíferas assumem na composição do orçamento público municipal?

Código: IRP7.1 Proporção dos Royalties e Participações Especiais na Receita Municipal Total		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de Royalties e Participações Especiais recebidas pelo município em relação a receita total do município no período monitorado.	$IRP7.1_n = \frac{IRP5.1_n}{RT_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
IRP5.1 - Royalties e Participações Especiais recebidos pelos municípios monitorados		Anual, mensal
RT - Receita total (R\$) anual dos municípios monitorados		Ano de início
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		2010
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP7.2 Proporção dos tributos oriundos da cadeia de P&G na Receita Municipal Total		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção dos tributos recebidos pelo município decorrentes de atividades associadas à cadeia de P&G (IPTU, ISS e Cota-parte ICMS) em relação à receita total do município no período monitorado	$IRP7.2_n = \frac{IRP5.2_n}{RT_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
IRP5.2 - Tributos oriundos da cadeia de P&G pagos aos municípios monitorados		Anual
RT - Receita total (R\$) anual dos municípios monitorados		Ano de início
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		2010
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso os dados são subdimensionados.		

Código: IRP7.3 Proporção das Rendas Petrolíferas na Receita Municipal Total		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Proporção de Royalties, Participações Especiais e tributos recebidos pelo município decorrente de atividades associadas à cadeia produtiva de P&G, em relação a receita total do município no período monitorado.	$IRP7.3_n = \frac{IRP5.3_n}{RT_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
IRP5.3 - Total de Rendas Petrolíferas recebida pelos municípios monitorados. RT - Receita total (R\$) anual dos municípios monitorados n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		Anual
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica e Mapa com intensidade de cores de acordo com o percentual alcançado	Municipal	
Observações: Para definição das atividades da cadeia produtiva responsáveis pela geração de tributos foram consideradas apenas as atividades da CNAE que atuam exclusivamente na cadeia monitorada, sendo essas: (a) 0600-0/01 - Extração de Petróleo e Gás Natural; (b) 0910-6/00 - Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (c) 1921-7/00 - Fabricação de produtos do refino do petróleo; (d) 2851-8/00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios; (e) 3314-7/14 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo. As atividades da CNAE que não fornecem exclusivamente para essa cadeia, como a Divisão 24 -Metalurgia e a Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação, não foram consideradas. Há tributos gerados pela cadeia produtiva de P&G que não serão considerados no cálculo do indicador devido à impossibilidade de segregar a parcela referente à essa cadeia no volume total do tributo gerado (Exemplo: IRPJ, IPI, CIDE etc.). Por isso os dados são subdimensionados.		

8. Qual é a receita per capita dos municípios monitorados?

Código: IRP8.1 Receita municipal per capita		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Receita total do orçamento municipal dividida pelo número de habitantes	$IRP8.1_n = \frac{RT_n}{NH_n}$	R\$/habitante
Variáveis		Periodicidade
RT - Receita total (R\$) anual do município NH - Número de habitantes do município n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		Anual
		Ano de início
		2010
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

9. Qual é o grau de dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas?

Código: IRP9.1 Proporção das despesas municipais custeadas com Receitas de Compensações Financeiras da produção de petróleo e gás natural		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas totais do município que foram custeadas com as receitas de compensações financeiras da produção de petróleo e gás natural	$IRP9.1 = \frac{RP_{DESP}}{DESP_{Total}} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
RP_DESP - Receitas da compensação financeira da produção de petróleo que custearam despesas nos municípios monitorados Desp_TOTAL - Somatório anual de Despesas nos municípios monitorados		Anual, mensal
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Como os tributos são receitas não vinculadas torna-se difícil a verificação da execução das despesas custeadas com os tributos pagos por empresas da indústria do petróleo e gás natural. Portanto, neste indicador tomamos como despesa custeada com rendas petrolíferas aquelas que foram pagas com recursos de royalties e participações especiais (compensações financeiras). Mesmo assim, ressalta-se a possível dificuldade de estabelecer o montante de compensações financeiras destinado às despesas.		

Código: IRP9.2 Proporção das despesas custeadas com Receitas de Compensações Financeiras da produção de petróleo e gás natural, por grupo de natureza		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas totais do município que foram custeadas com as receitas de compensações financeiras da produção de petróleo e gás natural, por grupo de natureza da despesa.	$IRP9.2 = \frac{Desp_RP_{natureza}}{DESP_Natureza_{Total}} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
RDesp_RPnatureza - Receitas da compensação financeira da produção de petróleo que custearam despesas nos municípios monitorados, por grupo de natureza da despesa		Anual, mensal
Desp_Natureza_Total - Somatório anual de Despesas nos municípios monitorados, por grupo de natureza da despesa		Ano de início
Os grupos de natureza da despesa são: 1 –Pessoal e Encargos Sociais;2 – Juros e Encargos da Dívida;3 –Outras Despesas Correntes;4 – Investimentos;5 –Inversões Financeiras; 6 –Amortização da Dívida.		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica, apresentando a proporção que cada grupo de natureza de despesas representa nas despesas totais do município e a proporção dessas despesas ocupada pelas compensações financeiras da produção de petróleo e gás natural.	Municipal	
Observações: Como os tributos são receitas não vinculadas torna-se difícil a verificação da execução das despesas custeadas com os tributos pagos por empresas da indústria do petróleo e gás natural. Portanto, neste indicador tomamos como despesa custeadas com rendas petrolíferas aquelas que foram pagas com recursos de royalties e participações especiais (compensações financeiras). Mesmo assim, ressalta-se a possível dificuldade de estabelecer o montante de compensações financeiras destinado às despesas por grupo de natureza.		

Código: IRP9.3 Proporção das despesas municipais custeadas com Compensações Financeiras da produção de Petróleo e gás natural por função		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas municipais por função custeadas com Royalties e Participações Especiais em relação às despesas totais com a função no município	$IRP9.3 = \frac{Desp_RP_{função}}{DESP_Função_{TOTAL}} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
Desp_RPfunção - Despesas por função custeadas com Royalties e Participações Especiais nos municípios monitorados.		Anual, mensal
Desp_Função_Total - Despesas totais por função nos municípios monitorados.		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Como os tributos são receitas não vinculadas torna-se difícil a verificação da execução das despesas custeadas com os tributos pagos por empresas da indústria do petróleo e gás natural. Portanto, neste indicador tomamos como despesa custeadas com rendas petrolíferas aquelas que foram pagas com recursos de royalties e participações especiais (compensações financeiras). Mesmo assim, ressalta-se a possível dificuldade de estabelecer o montante de compensações financeiras destinado às despesas por função.		

Código: IRP9.4 Proporção das despesas municipais custeadas com Compensações Financeiras da produção de Petróleo e gás natural por subfunção		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas municipais por subfunção custeadas com Royalties e Participações Especiais em relação às despesas totais com a subfunção no município.	$IRP9.4 = \frac{Desp_RP_{subfunção}}{DESP_Subfunção_{TOTAL}} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
Desp_RPsubfunção - Despesas por subfunção custeadas com Royalties e Participações Especiais nos municípios monitorados.		Anual, mensal
Desp_Subfunção_Total - Despesas totais por subfunção nos municípios monitorados.		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Como os tributos são receitas não vinculadas torna-se difícil a verificação da execução das despesas custeadas com os tributos pagos por empresas da indústria do petróleo e gás natural. Portanto, neste indicador tomamos como despesa custeadas com rendas petrolíferas aquelas que foram pagas com recursos de royalties e participações especiais (compensações financeiras). Mesmo assim, ressalta-se a possível dificuldade de estabelecer o montante de compensações financeiras destinado às despesas por subfunção.		

Código: IRP9.5 Proporção das despesas municipais custeadas com Compensações Financeiras da produção de Petróleo e gás natural por programa de trabalho		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas municipais por programa de trabalho custeadas com Royalties e Participações Especiais em relação às despesas totais com o programa de trabalho no município.	$IRP9.5 = \frac{Desp_RP_{programa}}{DESP_Programa_{TOTAL}} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
Desp_RPprograma - Despesas por programa de trabalho custeadas com Royalties e Participações Especiais nos municípios monitorados.		Anual, mensal
Desp_Programa_Total - Despesas totais por programa de trabalho nos municípios monitorados.		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Como os tributos são receitas não vinculadas torna-se difícil a verificação da execução das despesas custeadas com os tributos pagos por empresas da indústria do petróleo e gás natural. Portanto, neste indicador tomamos como despesa custeadas com rendas petrolíferas aquelas que foram pagas com recursos de royalties e participações especiais (compensações financeiras). Mesmo assim, ressalta-se a possível dificuldade de estabelecer o montante de compensações financeiras destinado às despesas por programa de trabalho.		

Código: IRP9.6 Existência de vinculação de compensações financeiras aos gastos públicos		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar da existência de legislação municipal que vincule as receitas oriundas de compensações financeiras às despesas com educação, saúde e fundos de regimes próprios de previdência dos servidores dos municípios	$IRP9.6 = \sum \text{pontos_respostas questões (1 e 2)}$	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: O Município dispõe de legislação municipal que vincule as receitas oriundas de compensações financeiras às despesas com educação e saúde? (Sim=5; Não = 0)		Anual
		Ano de início
Questão 2: O Município dispõe de legislação municipal que vincule as receitas oriundas de compensações financeiras a fundos de regimes próprios de previdência dos servidores do município? (Sim=5; Não = 0)		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP9.7 Proporção entre as receitas correntes (excluídas as rendas petrolíferas) e as despesas correntes totais		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Percentual das despesas correntes que são cobertos pelo total das receitas correntes, excluídas as rendas petrolíferas. O cálculo se dá pela razão entre as Receitas Correntes (excluídas as rendas petrolíferas) e o total das despesas correntes realizadas pelo município.	$IRP9.7 = \frac{RC_n - IRP5.3_n}{DC_n} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
RC - Receita Corrente total do município		Anual, mensal
IRP5.3 - Total das Rendas Petroliíferas arrecadadas pelo município		Ano de início
DC - Despesa Corrente do município		2021
n - varia entre os municípios monitorados (municípios da área de abrangência do PMCRP)		
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP9.8 Razão entre o saldo do fundo soberano e as despesas correntes		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar a parcela da despesa corrente municipal anual que seria coberta pelo saldo do fundo soberano.	$IRP9.8 = \frac{FS}{DC} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
FS - Saldo do Fundo Soberano		Anual, mensal
DC - Despesa corrente total do município		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP9.9 Comprometimento de receitas futuras para pagamento ou garantia de empréstimos		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar a existência de contratos firmados entre o município e instituição financeira para antecipação de receita orçamentária através da cessão do direito ao recebimento de compensações financeiras ou antecipação de receita tendo como garantia as receitas de compensações financeiras.	$IRP9.9 = \sum \text{pontos_respostas questões (1 a 3)}$	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: O município possui contrato ativo de operação de crédito ou antecipação de receita orçamentária tendo como garantia a receita de compensações financeiras? (Sim = 2 e Não = 0)		Anual
Questão 2: O município possui contrato ativo de cessão do direito de recebimento do fluxo de compensações financeiras? (Sim = 4 e Não = 0)		2021
Questão 3: Os contratos ativos de cessão do direito de recebimento do fluxo de compensações financeiras representam qual percentual do total de compensações financeiras que o município receberia? (0%= 0; >0 a 25% = 1; 25 a 50%=2; 50 a 75% = 3; >75% = 4)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

10. Existem iniciativas dos governos municipais para a diminuição da dependência das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos?

Código: IRP10.1 Existência de propostas governamentais voltadas à diminuição da dependência de rendas petrolíferas no orçamento municipal.		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar a existência de incentivo por parte do governo municipal de ações voltadas para a atração de atividades econômicas distintas da cadeia de petróleo e gás natural e a existência de fundos soberanos.	IRP10.1 = Σ pontos_respostas questões (1 a 6)	Pontos
Variáveis		Periodicidade Anual
Questão 1: Há incentivos fiscais (redução ou isenção de IPTU, ISS e taxas) vigentes específicos para atividades não relacionadas à produção de petróleo e gás? (Sim=2; Não=0)		Ano de início
Questão 2: Há incentivos fiscais (redução ou isenção de IPTU, ISS e taxas) vigentes específicos para atividades relacionadas à produção de petróleo e gás? (Sim=0; Não=1)		2021
Questão 3: Há uma política formalizada com o objetivo explícito de diversificar os setores produtivos atuantes no município? (Sim=2; Não=0)		
Questão 4: Já foram realizadas ou estão previstas doações ou cessões de terrenos para atividades não relacionadas à produção de petróleo e gás? (Sim=2; Não=0)		
Questão 5: Já foram realizadas ou estão previstas doações ou cessões de terrenos para atividades relacionadas à produção de petróleo e gás? (Sim=0; Não=1)		
Questão 6: O Município dispõe de fundo com características de Fundo Soberano composto por receitas de compensações financeiras a fim de mitigar os efeitos de uma eventual diminuição desse tipo de arrecadação? (Sim=2; Não = 0)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

11. Qual o grau de facilidade de acesso à informação sobre os gastos públicos dos municípios monitorados?

Código: IRP11.1 Existência e qualidade de canais de transparência para a população referente ao orçamento público municipal.		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica a existência de portal da prefeitura ou portal específico que facilite e agilize a consulta popular ao histórico e ao esclarecimento de dúvidas quanto ao orçamento público e se esses portais estão livres de limitações ou privilégios de acesso, exceto os de caráter sigiloso definidos por lei.	IRP11.1 = Σ pontos_respostas questões (1 a 6)	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: O poder municipal mantém um portal de transparência específico, ou uma página no portal da prefeitura, que apresente o histórico e o status quo referente ao orçamento público? (Sim=2; Não = 0)		Anual
Questão 2: O portal de transparência específico, ou uma página no portal da prefeitura, permite consultas referentes ao orçamento público? (Sim=2; Não = 0)		Ano de início
Questão 3: A administração municipal disponibiliza canais de atendimento à população para solicitações relacionadas ao orçamento público? (Sim=1; Não = 0)		2021
Questão 4: O Portal de transparência específico, ou página da prefeitura, disponibiliza a seção "Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)" prevista na Lei Federal nº12.527/2011 (LAI)? (Sim=1; Não = 0)		
Questão 5: A administração municipal estabelece um prazo máximo para atender as solicitações e pedidos de esclarecimentos encaminhados pelos cidadãos sobre o orçamento público? (Sim=2; Não = 0)		
Questão 6: Os dados estão disponíveis para todos, sem necessidade de cadastro? (Sim=2; Não, é necessário cadastro = 0)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP11.2 Facilidade de acesso da população ao conteúdo relacionado ao orçamento público municipal		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica a facilidade na localização na internet dos dados relacionados aos gastos públicos disponíveis no site da prefeitura ou em portal específico de transparência de gastos públicos.	IRP11.2 = Σ pontos_respostas questões (1 a 3)	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: Os seguintes documentos podem ser localizados por busca direta no site da prefeitura? (a) PPA, (b) LDO, (c) LOA, (d) Relatórios de Prestação de contas e respectivos pareceres, (e) Relatório da Execução Orçamentária e (f) Relatório de Gestão Fiscal. (0 itens = 0; 1 a 3 itens = 2; 4 a 6 itens = 3) Questão 2: Os seguintes documentos não podem ser localizados no site da prefeitura, mas são localizados por meio de busca em outros sítios eletrônicos? (a) PPA, (b) LDO, (c) LOA, (d) Relatórios de Prestação de contas e respectivos pareceres, (e) Relatório da Execução Orçamentária e (f) Relatório de Gestão Fiscal. (0 itens = 0; 1 a 3 itens = 2; 4 a 6 itens = 3) Questão 3: O portal da prefeitura exibe o botão "Acesso à informação"? (Sim=4; Não = 0)		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP11.3 Qualidade da linguagem e dos dados disponibilizados		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica se a linguagem e os dados disponibilizados para a consulta no site da prefeitura, ou em portal específico de transparência de gastos públicos, estão em formato de fácil compreensão e extração de resultados pela população.	$IRP11.3 = \sum \text{pontos_respostas questões (1 a 3)}$	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: A administração pública municipal elabora versão simplificada ou material de divulgação para a população sobre os seguintes documentos? (a) PPA, (b) LDO, (c) LOA, (d) Relatórios de Prestação de contas e respectivos pareceres, (e) Relatório da Execução Orçamentária e (f) Relatório de Gestão Fiscal. (0 itens = 0; 1 a 3 itens = 2; 4 a 6 itens = 4)		Anual
Questão 2: Os dados referentes ao orçamento público estão disponibilizados em formato estruturado que facilite a captura dos resultados e posterior análise em sistema automatizado? (Sim=3; Não = 0)		2021
Questão 3: Os dados estão disponíveis com o maior nível possível de detalhamento, segundo a Lei Federal 4320/1964? (Sim=3; Não = 0)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP11.4 Atualização dos dados disponibilizados sobre o orçamento público para a população		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica a frequência de atualização dos dados disponibilizados para a consulta no site da prefeitura, ou em portal específico de transparência de gastos públicos	IRP11.4 = resultado_resposta questão (1)	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: Qual a frequência de atualização de informações sobre o orçamento público nos sítios eletrônicos onde são disponibilizadas? (instantânea/diária = 10; semanal = 8; mensal = 6; bimestral = 4; semestral = 2; anual = 0)		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP11.5 Nível de atendimento às demandas por informações		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica o variado nível de preparo administrativo ou de abertura de governos locais para o atendimento a demanda por informações para o PMCRP	IRP11.5 = Σ pontos_respostas questões (1 a 5)	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: Foi possível realizar a extração programada de dados sobre o orçamento público pelo PMCRP? (Sim=2; Não = 0) Questão 2: A administração pública municipal respondeu à solicitação de informações do PMCRP? (Sim=2 Não = 0) Questão 3: Foi necessário utilizar a Lei de Acesso à Informação para obtenção das respostas? (Sim=0; Não = 2) Questão 4: Qual o prazo de recebimento das respostas às solicitações encaminhadas pelo PMCRP? (Não foram recebidas respostas = 0; mais de 30 dias = 1; 0 a 30 dias = 2) Questão 5: O município elabora e divulga relatórios sobre a promoção do acesso à informação contendo a quantidades de pedidos de informação registrados em número absoluto, atendidos, indeferidos, instâncias recursais, os órgãos mais solicitados, além de outros dados, tais como o perfil dos solicitantes? (Sim=2; Não = 0)		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

12. Qual o grau de participação e monitoramento popular permitido pelos municípios no orçamento público?

Código: IRP12.1 Existência e utilização de canais de acesso da população à elaboração do orçamento público municipal.		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica a existência de instrumentos que facilitem e agilizem a participação da população na elaboração do orçamento municipal de forma ampla e irrestrita com os membros da coletividade FASE I: Elaboração do orçamento (Prefeitura)	IRP12.1 = Σ pontos_respostas questões (de 1 a 5)	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: A legislação municipal prevê a realização de reuniões públicas, de caráter elucidativo, sobre a elaboração do orçamento? (Sim = 2; Não =0)		Anual
Questão 2: A legislação municipal prevê a realização de reuniões públicas, de caráter deliberativo, sobre a elaboração do orçamento? (Sim = 3; Não = 0)		2021
Questão 3: Existe legislação ou norma que determine e regulamente a divulgação das reuniões sobre as propostas orçamentárias, via Redes Sociais ou por canais de comunicação no município, visando a participação da sociedade civil? (Sim=2; Não = 0)		
Questão 4: A legislação municipal prevê o registro de participação dos entes da sociedade civil nas reuniões públicas sobre orçamento? (Sim = 1; Não = 0)		
Questão 5: O portal da prefeitura exibe o botão "Participação Social", ou com título similar? (Sim=2; Não = 0)		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP12.2 Existência de dispositivos que favoreçam a participação da população na discussão do orçamento público por parte do Poder Legislativo municipal		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar a ocorrência de normas que regulamentem a participação da sociedade civil no processo de discussão e aprovação das leis orçamentárias. FASE II: Discussão (Poder legislativo - Câmara Municipal)	IRP12.2 = Σ pontos_respostas questões (de 1 a 3)	Pontos
Variáveis		Periodicidade Anual
Questão 1: A legislação municipal prevê a participação popular ou o orçamento participativo como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal? (Sim = 4; Não = 0)		Ano de início
Questão 2: Existe legislação ou norma que determine e regulamente a divulgação das audiências, discussões e votações sobre as propostas orçamentárias, via Redes Sociais ou por canais de comunicação no município, visando a participação da sociedade civil? (Sim=3; Não = 0)		2021
Questão 3: A legislação municipal prevê o registro de participação dos entes da sociedade civil nas audiências públicas sobre orçamento? (Sim = 3; Não = 0)		
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP12.3 Adoção de práticas pelo poder público municipal para viabilizar a participação popular na discussão do orçamento público		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identifica a adoção de práticas pelo poder público municipal para viabilizar a participação popular no processo de discussão do orçamento público e aprovação das leis orçamentárias	$IRP12.3 = \sum \text{pontos_respostas questões (de 1 a 2)}$	Pontos
Variáveis		Periodicidade
Questão 1: O poder público realiza audiências públicas durante a tramitação legislativa de cada uma das leis que compõem o processo orçamentário (a saber, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual)? (Sim = 5; Não = 0) Questão 2: As audiências públicas ocorrem fora do horário comercial e/ou dia útil de trabalho para permitir a participação ampla de qualquer cidadão? (Sempre=5; Eventualmente = 3; Nunca = 0)		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis		

Código: IRP12.4 - Existência e garantias legais de controle social que permitam o monitoramento por parte da população na execução orçamentária		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Identificar a existência de informações orçamentárias capazes de permitir o acompanhamento e o monitoramento de todas as ações governamentais, sobretudo as oriundas das sugestões da sociedade civil FASE III: Monitoramento da execução	$IRP12.4 = \frac{\sum \text{pontos_respostas}}{\text{questões (de 1 a 4)}}$	%
Variáveis		Periodicidade Anual
Questão 1: O Poder Executivo municipal cumpre os prazos para a realização das audiências públicas quadrimestrais estipuladas pelo §4º do Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal? (Sim = 3,0; Não = 0)		Ano de início
Questão 2: O poder público estabelece o prazo máximo de até 30 dias para atender as solicitações e pedidos de esclarecimentos encaminhados pelos cidadãos relacionadas ao orçamento municipal? (Sim=2; Não = 0)		2021
Questão 3: O poder público disponibiliza os dados referentes à execução orçamentária, por ação governamental, nos canais oficiais de divulgação? (Sim=2; Não = 0)		
Questão 4: O poder público disponibiliza os dados referentes à execução orçamentária, por ação governamental, e discriminando as oriundas de sugestões feitas pela população que foram incorporadas nas leis orçamentárias, nos canais oficiais de divulgação? (Sim=3; Não = 0)		
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Não aplicáveis		

13. Qual a efetividade da participação popular no debate do orçamento público?

Código: IRP13.1 - Percentual do orçamento público municipal decidido e/ou oriundo de instrumentos participativos em relação ao orçamento total do município		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o peso dos recursos decididos e oriundos de instrumentos participativos orçamentários no orçamento público total dos municípios monitorados	$IRP13.1 = \frac{OR\dot{C}P}{OR\dot{C}Total} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
<p>ORÇP: Soma dos orçamentos que foram decididos ou oriundos de instrumentos participativos de definição orçamentária, ou de propostas incorporadas posteriormente (será necessária análise da equipe executora do programa em atas e relatórios e não só a coleta de informação com o executivo)</p> <p>ORÇTotal: Orçamento total do município</p>		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: É provável que nem todos os estados e os municípios monitorados possuam essas informações de forma sistematizada e detalhada, ou que de fato não haja instrumentos participativos orçamentários nesses entes federados.		

Código: IRP13.2 - Número de propostas apresentadas pela população para o orçamento público		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o número de propostas apresentadas pela população para o orçamento público nos municípios monitorados	$IRP13.2 = NPA$	Número absoluto
Variáveis		Periodicidade
<p>NPA: Número de propostas apresentadas pela população para o orçamento público municipal</p>		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação		Escala de Análise
Tabela e Gráfico com comparação histórica		Municipal
Observações: Há propostas realizadas pela sociedade civil que são competência de outras esferas (união e estado), o que não impede o município de encaminhá-las. Deve ser realizado um filtro na mediação, para que essas propostas não entrem no cálculo do indicador.		

Código: IRP13.3 - Percentual de propostas aprovadas em relação ao número de propostas apresentadas pela população		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o percentual das propostas apresentadas pela população que foram aprovadas para o orçamento público nos municípios monitorados	$IRP13.3 = \frac{NPAP}{NPA} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
NPAP: Número de propostas apresentadas pela população que foram aprovadas para o orçamento público municipal		Anual
NPA: Número de propostas apresentadas para a população para o orçamento público municipal		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Há propostas realizadas pela sociedade civil que são competência de outras esferas (união e estado), o que não impede o município de encaminhá-las. Deve ser realizado um filtro na mediação, para que essas propostas não entrem no cálculo do indicador.		

Código: IRP13.4 - Percentual de propostas executadas em relação ao número de propostas aprovadas		Tipo Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o percentual das propostas aprovadas no orçamento público que foram executadas nos municípios monitorados	$IRP13.4 = \frac{NPE}{NPAP} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
NPE: Número de propostas apresentadas pela população que foram aprovadas para o orçamento público municipal e executadas		Anual
NPAP: Número de propostas apresentadas pela população que foram aprovadas para o orçamento público municipal		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Há propostas realizadas pela sociedade civil que são competência de outras esferas (união e estado), o que não impede o município de encaminhá-las. Deve ser realizado um filtro na mediação, para que essas propostas não entrem no cálculo do indicador.		

14. Como é a relação entre o planejamento e a execução orçamentária?

Código: IRP14.1 - Percentual de execução orçamentária em relação ao planejado		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o percentual de execução orçamentária em relação ao planejado nos municípios monitorados	$IRP14.1 = \frac{OP}{OE} * 100$	%
Variáveis		Periodicidade
OP: Valor total do orçamento planejado pelo município para o período considerado no monitoramento		Anual
OE: Valor total do orçamento executado pelo município no período considerado no monitoramento		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis.		

Código: IRP14.2 - Percentual de execução orçamentária em relação ao planejado, por função		Tipo
		Básico
Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade
Mede o percentual de execução orçamentária em relação ao planejado nos municípios monitorados por função	$IRP14.2 = \frac{OPn}{OEn} * 100$	%
Variáveis OP: Valor total do orçamento planejado pelo município para o período considerado no monitoramento, por função OE: Valor total do orçamento executado pelo município no período considerado no monitoramento, por função n - varia entre as funções das despesas públicas		Periodicidade
		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabela e Gráfico com comparação histórica	Municipal	
Observações: Não aplicáveis.		

Além dos indicadores, propõem-se os seguintes índices para responder às questões centrais do PMCRP, relacionadas à dependência dos orçamentos públicos municipais em relação às rendas petrolíferas, à busca pela independência, o grau de transparência e abertura e efetividade da participação popular no orçamento público.

Resta avaliar se os indicadores e ponderações propostas para os índices estariam adequados. Após um debate e revisão crítica, sugestões de mudanças e ajustes; novas inclusões ou retiradas de indicadores ainda poderão ser realizadas, bem como alteração das ponderações propostas como para normalização dos indicadores, atualmente baseada no uso de separatrizes.

Propõe-se uma qualificação dos índices por faixas conceituais, de acordo com o resultado obtido, entre “muito baixa, baixa, média, alta e muita alta”. A graduação dos conceitos de cada um dos índices utilizará separatrizes (quintis) para a distribuição dos municípios de acordo com o resultado obtido para o índice. Depois de os municípios serem ordenados do menor até o maior valor do índice analisado, eles devem ser divididos em cinco grupos aproximadamente iguais de acordo com o valor do quintil.

Será atribuído o conceito:

Muito baixo: caso o índice do município tenha um valor inferior ao do primeiro quintil (K1);

Baixo: quando for maior ou igual ao primeiro quintil (K1) e menor do que o segundo quintil (K2);

Médio: se for maior ou igual ao segundo quintil (K2) e inferior ao terceiro quintil (K3);

Alto: quando maior ou igual ao terceiro quintil (K3) e inferior ao quarto quintil (K4); e

Muito alto: se maior ou igual ao quarto quintil (K5).

Nota-se que o conceito do índice para o município seria atribuído de acordo com a posição do resultado do índice para esse município em cada um

dos cinco grupos com aproximadamente o mesmo número de elementos (municípios). Sendo assim, o conceito do índice tem o objetivo de comparar a situação entre os diferentes municípios.

Código: INRP1 - Dependência Orçamentária de Rendas Petrolíferas		
Descrição	Fórmula de Cálculo	
Mede e classifica o grau dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas.	$RP1 = 6(IRP7.1) + 2(IRP7.2) + 2(IRP9.6) + 4(IRP9.7) + 4(IRP9.9)$ $INRP1 = \frac{RP1}{90}$	
Variáveis		Periodicidade
IRP7.1 - Proporção de Royalties e Participações Especiais recebidas pelo município em relação a receita total do município no período monitorado. IRP7.2 - Proporção dos tributos recebidos pelo município decorrentes de atividades associadas à cadeia de P&G (IPTU, ISS e Cota-parte ICMS) em relação à receita total do município no período monitorado. IRP9.6 - Existência de vinculação de compensações financeiras aos gastos públicos IRP9.7 - Proporção entre as receitas correntes (excluídas as rendas petrolíferas) e as despesas correntes totais IRP9.9 - Comprometimento de receitas futuras para pagamento ou garantia de empréstimos		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabelas, gráficos, Ranking e mapa coroplético de acordo com o resultado alcançado por cada município	Municipal	
Observações: Observar as ressalvas apresentadas para os indicadores utilizados no cálculo do Índice.		

Código: INRP2 - Busca pela Independência Orçamentária		
Descrição	Fórmula de Cálculo	
Mede e classifica o grau de busca pela diminuição da dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas	$RP2 = 1(IRP10.1)$ $INRP2 = \frac{RP2}{10}$	
Variáveis		Periodicidade
IRP10.1 - Existência de propostas governamentais voltadas à diminuição da dependência de rendas petrolíferas no orçamento municipal.		Anual
		Ano de início
		2021
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabelas, gráficos, Ranking e mapa coroplético de acordo com o resultado alcançado por cada município	Municipal	
Observações: Observar as ressalvas apresentadas para os indicadores utilizados no cálculo do Índice		

Código: INRP3 - Grau de Transparência		
Descrição	Fórmula de Cálculo	
Mede e classifica o grau de transparência do Poder Público Municipal na apresentação de informações orçamentárias.	$RP3 = 2(IRP11.1) + IRP11.2 + IRP11.3 + IRP11.4 + IRP11.5)$ $INRP3 = \frac{RP3}{30}$	
Variáveis		Periodicidade
IRP11.1 - Existência, qualidade e acessibilidade de canais de transparência para a população referente ao orçamento público municipal"		Anual
IRP11.2 -Facilidade de acesso da população ao conteúdo relacionado ao orçamento público municipal		Ano de início
IRP11.3 -Qualidade da linguagem e dos dados disponibilizados		2021
IRP11.4-Atualização dos dados disponibilizados sobre o orçamento público para a população		
IRP11.5 - Nível de atendimento às demandas por informações		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabelas, gráficos, Ranking e mapa coroplético de acordo com o resultado alcançado por cada município	Municipal	
Observações: Observar as ressalvas apresentadas para os indicadores utilizados no cálculo do Índice		

Código: INRP4 - Abertura a Participação Popular no debate do orçamento público		
Descrição	Fórmula de Cálculo	
Mede e classifica o grau de participação direta permitida à população nas decisões governamentais sobre o orçamento público.	$RP4 = IRP12.1 + (IRP12.2) + (IRP12.3) + 2(IRP12.4) + 3(IRP12.5)$ $INRP4 = \frac{RP4}{70}$	
Variáveis		Periodicidade
IRP12.1 - Existência de canais de acesso da população à elaboração do orçamento público por parte do poder executivo municipal		Anual
IRP12.12- Existência de dispositivos que favoreçam a participação da população na discussão do orçamento público por parte do Poder Legislativo municipal		2021
IRP12.3 -Adoção de práticas pelo poder público municipal para viabilizar a participação popular na discussão do orçamento público		
IRP12.4 -Existência e garantias legais de controle social que permitam o monitoramento por parte da população na execução orçamentária		
IRP12.5 -Percentual do orçamento público municipal decidido e/ou oriundo de instrumentos participativos em relação ao orçamento total do município		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabelas, gráficos, Ranking e mapa coroplético de acordo com o resultado alcançado por cada município	Municipal	
Observações: Observar as ressalvas apresentadas para os indicadores utilizados no cálculo do Índice		

Código: INRP5 - Efetividade da Participação Popular no debate do orçamento público		
Descrição	Fórmula de Cálculo	
Mede e classifica a efetividade de participação direta da população nas decisões governamentais sobre o orçamento público.	$RP5 = 3 * IRP13.1 + 3 * (IRP13.2) + 1 * (IRP13.3) + 3 * (IRP13.4)$ $INRP5 = \frac{RP5}{50}$	
Variáveis		Periodicidade
IRP13.1 - Percentual do orçamento público municipal decidido e/ou oriundo de instrumentos participativos em relação ao orçamento total do município		Anual
IRP13.2 - Número de propostas apresentadas pela população para o orçamento público		2021
IRP13.3 - Percentual de propostas aprovadas em relação ao número de propostas apresentadas pela população		
IRP13.4 - Percentual de propostas executadas em relação ao número de propostas aprovadas		
Forma de Apresentação	Escala de Análise	
Tabelas, gráficos, Ranking e mapa coroplético de acordo com o resultado alcançado por cada município	Municipal	
Observações: Observar as ressalvas apresentadas para os indicadores utilizados no cálculo do Índice		

Para todos os indicadores e índices que se propõe especializar os resultados com o uso de mapas coropléticos será utilizada representação similar à apresentada na Figura V.2-1. No mapa coroplético a alteração da intensidade de cores ocorre de acordo com o resultado alcançado.

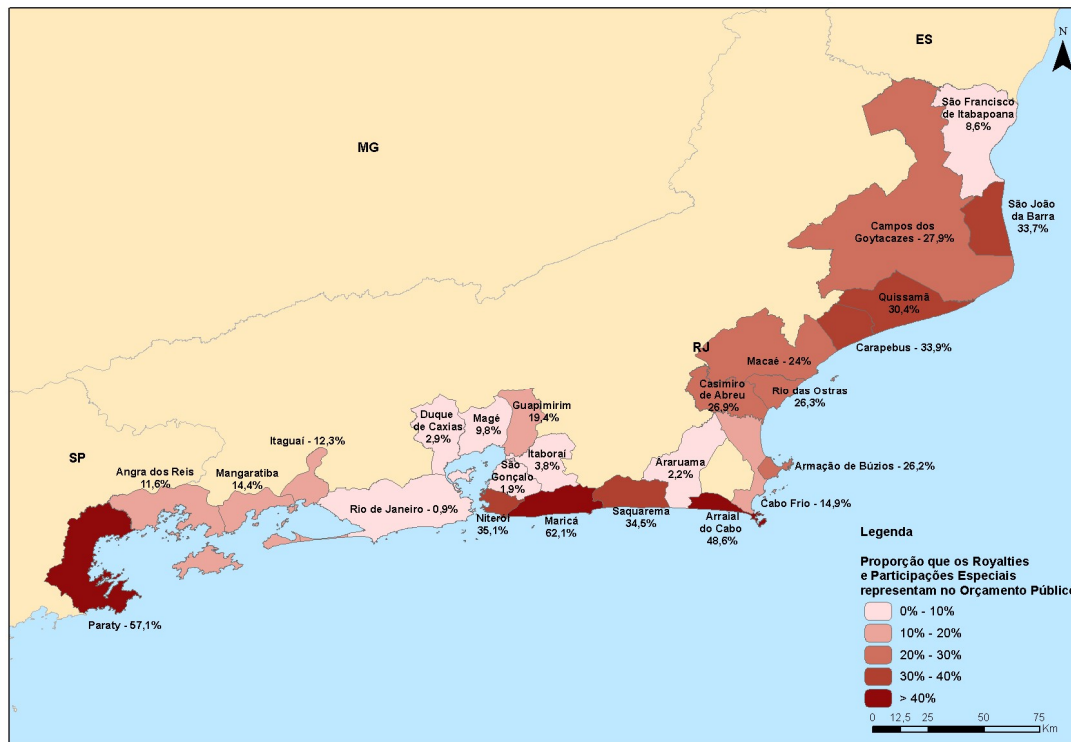


Figura V.2-1: Exemplo de mapa a ser gerado para apresentação dos resultados espacializados (gerado com dados referentes ao ano de 2018)

V.3 Usos e Limitações

Todo monitoramento possui limitações no processo de sistematização das informações produzidas e coletadas. Principalmente no âmbito do monitoramento de fenômenos socioeconômicos em diferentes escalas espaciais. A articulação entre territórios, economias e fluxos comerciais é geradora de complexidade, o que por si só já impossibilita medir sua totalidade por meio de ferramentas de monitoramento e avaliação.

Dito isso, o PMCRP tem, além da função de definir e apontar questões, indicadores e dados, o papel de sinalizar algumas das lacunas em termos de produção de dados relacionados ao fenômeno monitorado.

Nessa proposta já foram mencionadas algumas limitações, entre elas:

- ✓ Os critérios definidos para inclusão de municípios no PMCRP, atualmente baseado nos critérios de (i) municípios pertencentes à área de influência no meio socioeconômico definida nos estudos ambientais e (ii) municípios pertencentes à zona de produção secundária, podem deixar de considerar municípios que são impactados pela produção marítima de petróleo por receberem compensações financeiras pelos “motivos de enquadramento”: (i) a localização na “zona limítrofe” e (ii) a existência de instalação (para a parcela de royalties até 5%); e (iii) os afetados por possuírem instalação ou (iv) por estarem na zona de influência dessas instalações (para a parcela de royalties > 5%).
- ✓ A dificuldade de definição do efetivo grau de dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas. É importante ressaltar que os resultados do PMCRP trarão uma aproximação dessa dependência, entretanto, não contemplarão todo o universo de dados, já que é inviável determinar o efetivo impacto das rendas geradas pela cadeia produtiva monitorada sobre os orçamentos públicos municipais, que esse impacto vai além dos tributos e compensações diretamente gerados, pois existe uma dinâmica econômica, que não poderá ser medida, associada à atração e criação de empresas, geração de empregos, diretos e indiretos, e de renda que, por sua vez também geram tributos e despesas sobre o orçamento público. Nem os tributos diretamente gerados pela cadeia serão totalmente contemplados, pois existem tributos, não exclusivos dessa cadeia, que compõem as receitas orçamentárias municipais por meio de transferência da União, mas no momento não é possível distinguir a parcela correspondente à cadeia monitorada;
- ✓ Existem tributos gerados pela cadeia não inclusos no monitoramento, por serem menos significativos ou pouco recorrentes, como imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), Impostos de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), etc. Mesmo para os tributos que se propõe considerar no monitoramento pretendido (ICMS, IPTU e ISS), existem fragilidades

em relação aos dados. Propõe-se trabalhar com a proporção desses tributos correspondente às atividades relacionadas exclusivamente à cadeia monitorada, com base na CNAE, entretanto, há atividades que atuam nessa, e não serão consideradas no monitoramento por não fornecerem exclusivamente para essa cadeia. Se não for possível obter os montantes de tributos gerados segregados por atividade da CNAE, será preciso avaliar a possibilidade de se trabalhar com outras fontes de dados, incluindo as empresas operadoras. Sobre o ICMS, ressalta-se ainda o fato de sua distribuição entre os municípios não guardar relação direta com a existência de atividades relacionadas à cadeia monitorada, já que o cálculo para o rateio desse tributo (definição do Índice de Participação Municipal) considera diversos outros fatores, como a população.

- ✓ Espera-se que existam dificuldades de disponibilidade e/ou de detalhamento dos dados em formato adequado, principalmente sobre os orçamentos públicos municipais, que poderão dificultar o cálculo dos indicadores e índices propostos. Por exemplo, nem sempre ficará claro a relação direta entre as despesas públicas e os investimentos municipais e os recursos oriundos das rendas petrolíferas, mesmo nas bases de dados do Tesouro Nacional, como a Finbra;
- ✓ A indisponibilidade de informações sistematizadas em sítios eletrônicos das prefeituras sobre a existência de iniciativas para diminuição da dependência das rendas petrolíferas, transparência e participação popular no debate do orçamento público, e a consequente necessidade de consulta direta à administração pública pode inviabilizar o cálculo dos indicadores e índices propostos para alguns municípios, caso a administração pública não retorne ao pedido de informações;
- ✓ Embora exista a tentativa de se estabelecer critérios objetivos para o monitoramento de informações relacionadas à existência de iniciativas para diminuição da dependência das rendas petrolíferas, transparência e participação popular no debate do orçamento

público, por meio da proposição de questões (variáveis dos indicadores que geram pontuação) que diminuam a possibilidade de interpretações subjetivas, indica-se que devem ser necessários aprimoramentos que tornem os levantamentos ainda mais objetivos, padronizados e comparáveis entre os municípios;

- ✓ No que diz respeito ao recorte temporal do programa, não será possível a obtenção de dados pretéritos para o cálculo de todos os indicadores, principalmente os relacionados à existência de iniciativas para diminuição da dependência das rendas petrolíferas, transparência e participação popular no debate do orçamento público. A ausência de séries históricas pode comprometer as análises que poderão ser realizadas, diminuindo a possibilidade de comparações e verificação de mudanças. Não se verifica forma de solucionar tal lacuna;

Apesar das limitações identificadas, espera-se que os resultados produzidos possam indicar uma aproximação adequada da realidade que se pretende caracterizar e monitorar, o que não dispensa a necessidade de aprimoramentos ao longo da execução do programa. Dada essa necessidade, está prevista uma etapa de aprimoramento metodológico após um primeiro ciclo de implementação, para buscar o preenchimento das lacunas apresentadas nesse documento (item a seguir) e de outras que venham a ser identificadas na etapa de execução do PMCRP.

Esse processo de aprimoramento metodológico será proposto para todos os programas do Eixo de Caracterização do Plano Macro e será organizado pela equipe executora do PMAIS, com envolvimento dos profissionais das empresas operadoras responsáveis pela execução dos programas.

O aprimoramento metodológico do PMCRP, no âmbito do PMAIS, pode partir de questões como as propostas a seguir:

- a) A partir dos indicadores, revisar as dimensões dos fenômenos avaliados: estamos medindo a coisa certa? O indicador escolhido, após o início do processo de monitoramento, responde às questões elaboradas no programa?

b) Definir quem tem a responsabilidade legal de produzir as informações e como organizá-las: é possível que as prefeituras produzam dados referentes à arrecadação tributária com o detalhamento da cadeia de petróleo e gás? Há obrigação legal? Tem competência (legal e técnica) para tal?

c) Definir quais são os padrões de comparabilidade dos resultados (análise dos impactos e sinergia). Os dados poderão ser adequadamente comparados entre os municípios da área de abrangência? Chegará o momento que será necessário ampliar a abrangência para uma comparação que envolva impactos das rendas petrolíferas entre quem recebe e quem não recebe, por exemplo?

d) Realizar revisão metodológica: a metodologia utilizada tem sido suficiente para avaliação dos impactos e proposição de respostas?

e) Validar permanentemente os indicadores e índices propostos: os indicadores atendem aos critérios técnicos necessários?

f) Verificar a efetiva contribuição do PMCRP: o programa tem contribuído para o processo de licenciamento ambiental e para os projetos de mitigação de impactos socioeconômicos associados a esse processo?

Indica-se ainda a possibilidade de o aprimoramento metodológico envolver a proposição de subprodutos para o PMCRP, por exemplo, análises comparativas do arcabouço institucional que baliza o planejamento, a aprovação e o uso de recursos públicos ao longo da região monitorada, por meio do levantamento de legislações específicas, não somente em relação à participação na elaboração e no debate público sobre orçamento municipal, mas também à vinculação do uso de compensações financeiras pelos entes governamentais monitorados e existência de incentivos para diversificação dos setores econômicos existentes no município.

V.3.1 Lacunas do programa

No decorrer do estudo e desenvolvimento da proposta metodológica do PMCRP foram observadas algumas lacunas e oportunidades de melhorias, que não são passíveis de solução imediata, mas deverão ser trabalhadas

futuramente para obtenção de melhores resultados pelo programa, na etapa de aprimoramento metodológico. Anualmente, ao se realizar o tratamento dos dados e produção dos resultados, deverá ser verificada a possibilidade de preenchimento das lacunas indicadas nesse documento, bem como devem ser apontadas novas lacunas identificadas, que passarão a compor a lista de lacunas a serem acompanhadas anualmente pelo programa.

O quadro a seguir organiza as lacunas apontadas, bem como o que as motiva, os problemas gerados e diretrizes iniciais para a busca de sua superação.

Quadro V.3.1 - 1 – Lacunas do PMCRP

Lacuna	Motivo	Problema gerado	Diretrizes para superação
Consolidação dos critérios para inclusão de municípios no PMCRP	Crítérios propostos no momento (área de influência definida nos estudos ambientais e zona de produção secundária) podem ser insuficientes para a caracterização do fenômeno	Caracterização incompleta do fenômeno em termos de abrangência espacial	Avaliar a necessidade de alteração dos critérios para definição da abrangência espacial. Observar especialmente os municípios que recebem compensações financeiras pelos “motivos de enquadramento”: (i) a localização na “zona limítrofe” e (ii) a existência de instalação (para a parcela de royalties até 5%); e (iii) os afetados por possuírem instalação ou (iv) por estarem na zona de influência dessas instalações (para a parcela de royalties > 5%).
Tributos gerados pela cadeia não contemplados no monitoramento (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produto Industrializado - IPI; Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis)	Impossibilidade de segregação da parcela gerada pela cadeia monitorada no valor transferido para os municípios.	Dados incompletos para cálculo da dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas.	Avaliar a possibilidade de criação de novo indicador, monitorando dados referentes a pagamentos executados exclusivamente pelas operadoras, mesmo que não seja possível sua associação direta com as rendas direcionadas às municipalidades

Exclusão de atividades da CNAE que fornecem à cadeia (Divisão 24 -Metalurgia e Divisão 28 - Fabricação de Máquinas e Equipamentos da Seção C - Indústrias de Transformação) para definição da proporção dos tributos monitorados gerada por essa cadeia	O fornecimento dessas atividades não é exclusivo para a cadeia monitorada	Dados subdimensionados para o cálculo da dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas.	Devem ser avaliadas formas de possibilitar a segregação ou o estabelecimento de alguma aproximação para permitir a incorporação desses dados. O subdimensionamento dos dados deve ser sempre informado quando da apresentação dos resultados.
---	---	--	---

Além das lacunas, apontam-se alguns riscos que podem comprometer a adequada execução dessa proposta metodológica, bem como o que os motiva, os problemas gerados e diretrizes iniciais para a busca de sua mitigação, conforme quadro a seguir. Assim como as lacunas, esses riscos devem ser confirmados, acompanhados e mitigados durante a execução e a etapa de aprimoramento metodológico do PMCRP.

Quadro V.3.1 - 2 – Riscos do PMCRP

Risco	Motivo	Problema gerado	Diretrizes para mitigação
Possível indisponibilidade de dados sobre arrecadação dos tributos monitorados segregados por atividade da CNAE geradora, que leva à necessidade consulta direta	Dados não disponibilizado s pelas administraçõe s públicas.	Dados subdimensionados para cálculo da dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas.	Devem ser avaliadas formas de se obter os dados segregados por atividade CNAE, por meio de solicitação às administrações públicas, e, em caso de insucesso, buscar formas de estimular as respostas e estudar a possibilidade de substituição de fonte dos dados, que podem vir a ser as empresas operadoras. O subdimensionamento dos dados deve ser sempre informado quando da apresentação dos resultados.

Possível indisponibilidade de dados sobre a existência de iniciativas para diminuição da dependência das rendas petrolíferas, transparência e participação popular no debate do orçamento público, que leva à necessidade consulta direta	Informações não disponibilizadas pelas administrações públicas; ou por não existirem; ou por serem dados muitas vezes negligenciados; ou disponibilizados em formato não sistematizado.	Dados incompletos para cálculo dos indicadores relacionados à existência de iniciativas para diminuição da dependência das rendas petrolíferas, transparência e participação popular no debate do orçamento público.	Devem ser avaliadas formas de se obter as informações por meio de solicitação padronizada às administrações públicas, e, em caso de insucesso, buscar formas de estimular as respostas e registrar a falta de resposta às consultas realizadas como resultado de um indicador (há uma proposição inicial do IRP11.5). Estudar a possibilidade de substituição de fonte dos dados, que deverá ser adotada para o conjunto dos municípios monitorados, respeitando a diretriz de não se agregar num mesmo indicador dados coletados em diferentes fontes. A ausência de dados deve ser sempre informada quando da apresentação dos resultados.
Possível indisponibilidade de dados sobre os orçamentos públicos municipais nos formatos necessários para cálculo dos indicadores e índices, especialmente sobre as receitas e despesas	Dados disponibilizados apenas sob demanda.	Dados incompletos para cálculo da dependência do orçamento público municipal em relação às rendas petrolíferas.	Devem ser avaliadas formas de se obter os dados com a desagregação necessária, por meio de solicitação às administrações públicas, e, em caso de insucesso, buscar formas de estimular as respostas (utilizando-se da LAI). A indisponibilidade dos dados deve ser sempre informada quando da apresentação dos resultados, e registrada como resultado de um indicador (há uma proposição inicial do IRP11.5).
Possíveis mudanças nas legislações tributárias, de distribuição das compensações financeiras, ou de outras legislações	Diversos	Necessidade de rever indicadores, variáveis, fontes de dados etc. propostos	Monitorar as mudanças nas legislações afetas ao fenômeno objeto do PMCRP e realizar as alterações necessárias na proposta metodológica na etapa de aprimoramento metodológico. Tais mudanças podem ser objeto de monitoramento e análise pelo programa.

VI – INTEGRAÇÃO AO PLANO MACRO E DIRETRIZES DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS ASSOCIADOS AO FENÔMENO MONITORADO

O Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das atividades marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro) está estruturado em 4 eixos conceituais (1- Caracterização, 2 – Avaliação, 3 - Publicidade e 4 – Intervenção). Cada eixo é composto por programas que estruturam o respectivo eixo e que se inter-relacionam com os demais programas do eixo ou com programas de outros eixos. Para ilustrar a inter-relação descrita apresenta-se um esquema na Figura VI-1.

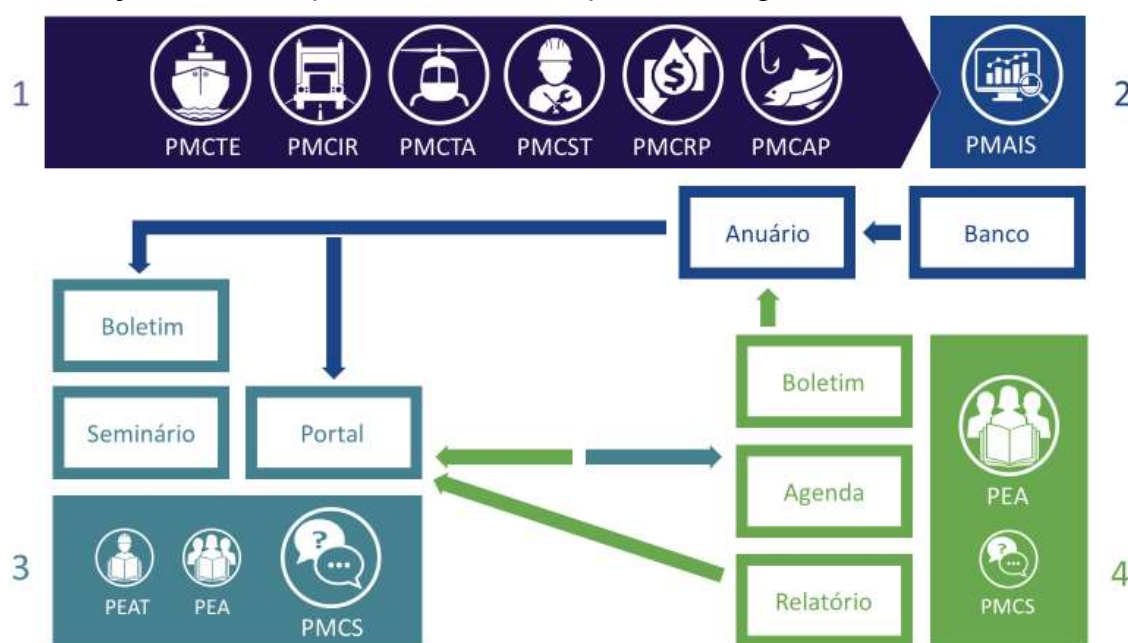


Figura VI-1 – Interrelação entre os programas do Plano Macro.

Conforme pode ser observado na figura, o PMCRP é um dos programas que compõe o **Eixo 1** (Caracterização) do Plano Macro, que ainda conta com os seguintes programas: i) Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Embarcações (PMCTE); ii) Programa Macrorregional de Caracterização do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMCIR); iii) Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de

Aeronaves (PMCTA); iv) Programa Macrorregional de Caracterização Socioespacial dos Trabalhadores (PMCST); e v) Programa Macrorregional de Caracterização da Atividade Pesqueira (PMCAP).

Esses programas produzirão Boletins específicos para apresentação de seus resultados, que serão inter-relacionados por meio do Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Sinérgicos (PMAIS), que estrutura o **Eixo 2** (Avaliação) do Plano Macro. Essa inter-relação, a ser realizada a partir de eixos temáticos, será apresentada na Proposta Metodológica do PMAIS.

No âmbito do PMAIS, os dados produzidos pelos diferentes programas de caracterização do Eixo 1, executados pelas operadoras em cada bacia, ou, no caso do PMCRP e do PMCAP, executados de forma cofinanciada entre as operadoras, deverão ser armazenados em um banco de dados comum, a fim de permitir a inter-relação pretendida. Esse banco de dados será um dos produtos do PMAIS. A classificação dos indicadores em básicos, articulados e complementares é o primeiro exercício de integração entre os programas do Eixo de Caracterização, o PMAIS e a construção de uma sistemática de avaliação de impactos sinérgicos no âmbito do Plano Macro. Para a elaboração dessa tipologia subentende-se um trabalho analítico prévio de identificação de conexões e interfaces entre os temas e objetos propostos. O PMAIS, embora possa se utilizar de todos os indicadores e índices produzidos pelo PMCRP, deverá definir aqueles que terão acompanhamento prioritário e análise específica.

Há duas dimensões centrais para avaliação dos impactos relativos ao fenômeno monitorado pelo PMCRP decorrentes de atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santos: a primeira parte da análise objetiva do comportamento, ao longo do tempo, das receitas e despesas, tendo como pano de fundo os impactos gerados pela entrada de rendas petrolíferas (royalties, participações especiais e tributos gerados) no orçamento público e pelo aumento de circulação e concentração de capitais na região de estudo. Essa avaliação temporal permitirá análises mais profundas e sistematizadas sobre os efeitos da cadeia produtiva monitorada sobre as finanças municipais.

A segunda dimensão, complementar à primeira, relaciona-se à capacidade de resposta por parte da gestão pública para reverter impactos negativos sobre as finanças públicas, a economia local e regional, seja criando ações para reduzir a dependência dos orçamentos públicos em relação às rendas petrolíferas, seja estabelecendo mecanismos de ampliação do controle social e transparência diretamente relacionados ao uso das rendas petrolíferas. Atualmente, esse segundo ponto é pouco estudado.

O processo de avaliação deverá fomentar, diante de um quadro socioeconômico crítico, proposituras para sua reversão, a serem efetivadas por meio de projetos de mitigação exigidos no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Como o objetivo central do PMCRP é justamente caracterizar e monitorar a dependência da gestão pública em relação às rendas petrolíferas e seus impactos nas finanças públicas, será fundamental desenvolver práticas para melhor detalhar no orçamento público estruturas de informação que possibilitem a especificação e/ou agregação dos dados de forma a possibilitar o monitoramento pretendido.

O processo de avaliação do PMCRP não deve apenas citar se há ou não controle social sobre os gastos, mas deve gerar subsídios para a qualificação dos instrumentos de gestão e planejamento. Os índices usuais de avaliação da transparência pública apresentam pouca sensibilidade em termos de informação quando são obrigados a cobrir um conjunto vasto de municípios.

A área de abrangência do PMCRP conta com 63 municípios, divididos em quatro estados. Cada qual com realidades bastantes distintas. Com estruturas de governos heterogêneas e desiguais entre si. Um trabalho de avaliação nesse contexto diversificado, além de amparado nas questões centrais do programa e nos fenômenos socioeconômicos monitorados, deve estabelecer níveis decisórios e critérios claros de classificação de impactos e delimitar as estruturas mínimas de gestão (e governança) não apenas para a avaliação mas para a construção de resposta no âmbito do licenciamento ambiental das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural, por meio de projetos de mitigação de impactos socioeconômicos.

Um processo de avaliação exige a participação de todos os atores estratégicos. A partir dos resultados, tanto o órgão ambiental como as operadoras terão disponível um conjunto de informações, sistemas e bases de dados capazes de nortear tomadas de decisões e até mesmo permitir revisar as questões consideradas necessárias.

Os resultados do PMAIS serão publicados em um Anuário de Caracterização Socioeconômica das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural das Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, que constitui o segundo produto do PMAIS. Nesse anuário as informações deverão ser dispostas em forma de representação gráfica e georreferenciada, contendo séries históricas e análises sintéticas de cada temática e variações observadas.

As informações desse material deverão ser trabalhadas para construção de um Boletim Anual, que trará informações sintéticas e apresentadas de forma simplificada, para divulgação dos resultados.

Deverá haver a divulgação dos resultados apresentados no Anuário também em Seminários de Socioeconomia, no Portal on-line e em atividades do Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) e dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) executados junto ao público externo. O Boletim anual, os Seminários e o Portal on-line são produtos do Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS) que estrutura o **Eixo 3** do Plano Macro (Publicidade).

Por fim, as informações produzidas pelos programas macrorregionais de caracterização, integradas e avaliadas no âmbito do PMAIS, servirão como insumo para a construção de atividades dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) e do Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS), que compõe o **Eixo 4** (Intervenção) do Plano Macro. Assim como esses programas servirão para auxiliar na publicidade que deve ser dada aos resultados desses programas.

VI.1 – Questões Relacionadas ao Fenômeno Tratadas no Âmbito do PMAIS

Considerando-se que a abrangência da questão a seguir, proposta pelo órgão ambiental no PAR nº 144/2019 COPROD/DILIC/IBAMA, que trata da *“dependência econômica dos municípios em relação a setores ligados à cadeia produtiva do petróleo”*, extrapola os efeitos das rendas petrolíferas nos orçamentos públicos, já que envolve entender a atividade econômica no município e sua produção (PIB), para se definir a representatividade da cadeia nessa produção e, se possível, a dependência gerada, entende-se que os indicadores e índices que possam respondê-las não deverão ser propostos no âmbito do PMCRP, e sim no PMAIS.

Dessa forma, a questão a seguir deverá ser tratada no âmbito do PMAIS:

- Qual é o grau de dependência que a economia municipal apresenta em relação a setores econômicos diretamente associados à atividade?

O PMAIS ainda terá outras questões relacionadas aos efeitos das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural sobre as economias municipais, entretanto, tais questões ainda estão em processo de definição, motivo pelo qual não são apresentadas nesse documento.

VII – PRODUTOS

Espera-se como produtos do PMCRP:

- Relatório do diagnóstico acerca das bases de dados

A primeira ação prevista no cronograma de execução do PMCRP, de diagnóstico acerca das bases de dados para definição das fontes a serem utilizadas pelo programa, deverá gerar um relatório que apresente as características de cada base estudada e conclua sobre a fonte a ser utilizada para obtenção de cada dado. A primeira versão desse relatório será elaborada, de forma preliminar, pela equipe da Petrobras, com previsão de revisão e complementação posterior pela equipe a ser contratada para a execução do programa. Cabe ainda indicar que poderia ser avaliada nas etapas de aprimoramento metodológico a necessidade de revisões periódicas sobre as bases de dados utilizadas pelo programa.

- Dados armazenados

Os dados levantados pelo PMCRP deverão ser armazenados no Banco de Dados Socioeconômicos (BDS) do Plano Macro, a ser compartilhado entre as empresas operadoras integrantes desse plano. Além de possibilitar a elaboração do Anuário de Caracterização Socioeconômica, como produto do PMAIS, o carregamento dos dados levantados pelo PMCRP no banco possibilitará a elaboração do Boletim Anual do PMCRP. Destaca-se que os dados a serem levantados pela equipe executora do PMCRP e armazenados no banco devem estar acessíveis para consulta pública e extração.

Havendo qualquer impedimento para efetivação do Banco de Dados do Plano Macro, os dados levantados deverão ser armazenados em bancos de dados da instituição que vier a ser contratada de forma cofinanciada pelas empresas operadoras para execução do PMCRP.

- Boletim anual do PMCRP

O Boletim Anual do PMCRP será elaborado a partir dos dados coletados e carregados no Banco de Dados Socioeconômicos do Plano Macro, com exceção do primeiro boletim, previsto para 2022, cuja responsabilidade pela elaboração caberá à Petrobras, em cumprimento à obrigação de concluir a reorientação metodológica do Projeto de Monitoramento Socioeconômico da Bacia de Santos (PMS). Esse primeiro boletim não deve contemplar todo o conteúdo e abrangência estabelecidos nessa proposta metodológica, e terá como função principal propor a estrutura e diagramação previstas para esse produto.

Os próximos boletins anuais abordarão toda a região-piloto do Plano Macro e serão elaborados pela equipe a ser contratada para execução do PMCRP, após alinhamento com a equipe a ser contratada para execução do PMAIS, que será responsável pela elaboração dos boletins anuais do PMCTE, PMCTA, PMCIR e PMCST, de modo a buscar padronização e melhoria para estrutura, conteúdo, e outros aspectos, entre os boletins a serem produzidos para os programas macrorregionais do eixo de caracterização.

Essas definições também deverão ser acordadas com as empresas operadoras e o órgão ambiental, no âmbito do CCI. Ressalta-se a importância de alinhamento com a equipe a ser contratada para execução do Programa Macrorregional de Comunicação Social (PMCS) do Plano Macro para a produção dos boletins.

- Informações para o PMCS

O PMCRP deverá produzir, a partir dos resultados de seu Boletim, informações sintetizadas, em linguagem acessível para o público leigo, para divulgação por meio do PMCS, articulado entre as operadoras que compõe o Plano Macro. As ferramentas de comunicação previstas para o PMCS são: Boletim; Portal on-line; e Seminários de Socioeconomia. A equipe do PMCRP

deverá apoiar tecnicamente a elaboração de materiais propostos pelo PMCS para a divulgação de informações sobre o PMCRP.

Enquanto não se efetivar a execução cofinanciada do PMCS, ou o lançamento do Portal on-line do Plano Macro, as informações produzidas com essa finalidade deverão ser encaminhadas para cada empresa operadora publicizar por meio de suas ferramentas de comunicação do PCS específico da empresa, a serem desenvolvidas nos PEAs.

Especificamente para o Portal on-line, deverá ser elaborada pelos executores do PMCRP uma lista de perguntas e respostas mais frequentes sobre os temas tratados no programa. Essa lista ficará disponível para os usuários do portal consultarem. A equipe executora do programa ainda deverá permanecer disponível para responder questões relacionadas ao assunto ou dúvidas sobre os dados e informações produzidos pelo PMCRP que sejam recebidas pelos meios de contato a serem disponibilizados pelo PMCS.

- Informações para os PEAs

O PMCRP deverá produzir, a partir dos resultados de seu Boletim Anual, ou de dados que tenham sido levantados, informações solicitadas pelas equipes executoras de projetos de educação ambiental implementados nos municípios abrangidos pelo PMCRP como medida mitigadora nos processos de licenciamento ambiental de atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural. Tais solicitações deverão ser encaminhadas formalmente e suficientemente detalhadas pelas equipes dos PEAs interessados. Tais equipes poderão utilizar esses dados para produção de material para suas atividades ou para produção de material de divulgação.

- Participação em atividades e eventos

A equipe executora do PMCRP deverá ter disponibilidade para participação em eventos do PMCS, em atividades de PEAs, em Audiências e Reuniões Públicas, em reuniões com órgãos licenciadores e fiscalizadores e demais eventos e atividades para os quais haja demanda. As solicitações de

participação em eventos deverão ser encaminhadas formalmente e suficientemente detalhadas pelos interessados, com antecedência que permita a organização da participação.

Os produtos relacionados à produção de Informações para os PEAs e PMCS e à participação em atividades e eventos pela equipe do PMCRP deverão ser mais bem descritas e quantificadas nos documentos a serem elaborados para a contratação dessa equipe.

VIII – CRONOGRAMA FÍSICO

O PMCRP deverá ser executado conforme cronograma apresentado a seguir. De acordo com esse cronograma, haverá uma primeira etapa, que contemplará o diagnóstico acerca das bases de dados, levantamento de dados, teste de indicadores e índices e produção do primeiro boletim, a ser executada pela Petrobras, com possibilidade de envolvimento de equipes executoras de PEAs desenvolvidos pela empresa.

A partir da contratação de uma equipe executora para o programa, de forma cofinanciada entre as empresas, se dará o início da rotina de execução do programa, que prevê a revisão e complementação do Diagnóstico acerca das bases de dados e a coleta permanente de dados, o carregamento no banco, tratamento, cálculo dos indicadores e índices e especialização das informações, e produção do boletim do PMCRP.

Destaca-se a previsão de etapas de aprimoramento metodológico, para buscar o preenchimento das lacunas apresentadas nesse documento e de outras que venham a ser identificadas, e para mitigação dos riscos apresentados nesse documento que se efetivem na etapa de execução. Esse processo de aprimoramento metodológico será proposto para todos os programas do Eixo de Caracterização do Plano Macro e será organizado pela equipe executora do PMAIS, com envolvimento dos profissionais das empresas operadoras responsáveis pela execução dos programas.

Atividade	Ano I - 2022					Ano II - 2023											
	J a A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Diagnóstico acerca das bases de dados (Petrobras)																	
Levantamento de dados e testes com indicadores/ produção de informações para o Boletim do PMCRP (Petrobras)																	
Produção do primeiro Boletim do PMCRP (Petrobras)																	
Protocolo do primeiro Boletim do PMCRP (Petrobras)																	
Complementação/Revisão do Diagnóstico acerca das bases de dados																	
Levantamento de dados																	
Carregamento de dados no Banco de Dados Socioeconômicos do Plano Macro (quando disponível)																	
Tratamento dos dados, cálculo dos indicadores e índices e espacialização das informações																	
Elaboração do Boletim Anual do PMCRP																	
Protocolo do Boletim Anual do PMCRP																	
Elaboração de informações sintetizadas para publicização																	
Esclarecimento de dúvidas recebidas por meio do PMCS, produção de informações customizadas para o PMCS e os PEAs e participação em atividades e eventos (sob demanda)																	
Aprimoramento metodológico do PMCRP (a ser coordenado pela equipe executora do PMAIS)																	

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. Participações Governamentais. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/participacoes-governamentais-consolidadas>. Acesso em: 20 mai.2020;

_____. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas>. Acesso em: 15 set. 2020;

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, 2020. AGENDA REGULATÓRIA BIÊNIO 2020-2021. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/arquivos/acesso-informacao/agenda-regulatoria/ar-20-21.pdf>. Acesso em: 20 set 2021;

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. Plano de Monitoramento e avaliação. Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.

DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE (DGA). Proposta Para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Amadora/Portugal: DGA; Direção de Serviços de Informação e Acreditação, 2000;

DUTRA, Luiz Eduardo Duque. Evolução recente do mercado internacional de petróleo: um caso clássico da instabilidade dos oligopólios. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 23, mai-ago. 2017;

GARSON, Sol. Planejamento, orçamento e gasto com políticas públicas: uma metodologia de apuração para Estados e Municípios [recurso eletrônico] / Sol Garson -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

NUNES, Paulo Roberto. FINBRA/SICONFI – Cartilha para extração de dados. Ministro da Economia, 2020;

PIQUET, Rosélia (Org.). Mar de riqueza, terras de contraste: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011;

PIQUET, Rosélia; TERRA, D. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: PIQUET, Rosélia (Org.). Mar de Riqueza, Terras de contrastes: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011;

POSTALI, Fernando Antonio. Rendas do petróleo e ineficiências administrativas nos municípios brasileiros. (Tese Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012;

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN. Cartilha: O que você precisa saber sobre as transferências fiscais da União - Fundo de Participação dos Municípios FPM, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fm.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019;

_____. Cartilha: O que você precisa saber sobre as transferências fiscais da União – CIDE - Combustíveis. 2048. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_cide-combustiveis.pdf. Acesso em: 29 ago. 2019;

_____. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8. ed., 2020;


SERRA, Rodrigo. O novo marco regulatório do setor petrolífero: dádiva ou maldição? In: PIQUET, Rosélia (Org.). Mar de riqueza, terras de contraste: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011;

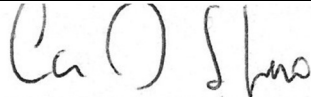
SILVA, Robson. Petróleo e desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro. In: PIQUET, Rosélia; CRUZ, José; VILANI, Rodrigo (Org.). O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, royalties e região. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1. p. 1-200, 2013;


_____. Royalties e Desenvolvimento Regional: uma Reflexão Sobre os Desafios do Rio de Janeiro. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos (orgs.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, p. 347-368, 2017.

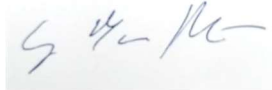
SIMÕES, Maria Carolina Vargas. A Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre serviços prestados em águas marítimas (operações offshore). (Monografia) Faculdade de Direito de Vitória, 2014.


X – EQUIPE TÉCNICA


Profissional	Carlos Alexandre Harding Miranda
Registro no Conselho de Classe	CRBio 04.489/01-D
CTF/AIDA	324532
Responsabilidade	Todos os itens
Assinatura	

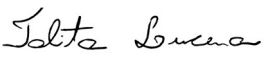
Profissional	Carmen Teresa D'Elia Sampaio
Registro no Conselho de Classe	CRB 15.719/02-D
CTF/AIDA	
Responsabilidade	Elaboração e revisão de indicadores e índices
Assinatura	


Profissional	Jean Pierre Pierote Silva
Registro no Conselho de Classe	NA
CTF/AIDA	7083754
Responsabilidade	Todos os itens
Assinatura	

Profissional	Luiz Mário Behnken
Registro no Conselho de Classe	CORECON-RJ 14.977-2
CTF/AIDA	NA
Responsabilidade	Elaboração e revisão de indicadores e índices
Assinatura	

Profissional	Marcos Thimóteo Dominguez
Registro no Conselho de Classe	NA
CTF/AIDA	6448618
Responsabilidade	Realização e revisão de indicadores e estudos socioeconômicos e ambientais
Assinatura	

Profissional	Suseli de Marchi Santos
Registro no Conselho de Classe	CREA SP - 5062913896
CTF/AIDA	4086304
Responsabilidade	Todos os itens
Assinatura	

Profissional	Talita Araujo de Lucena
Registro no Conselho de Classe	Bacharel em Ciências Econômicas
CTF/AIDA	
Responsabilidade	Elaboração e revisão de indicadores e índices
Assinatura	

Profissional	Vilma Aparecida da Silva (em memória)
Registro no Conselho de Classe	1809/SP
CTF/AIDA	6101151
Responsabilidade	Todos os itens
Assinatura	

XI - ANEXOS

Anexo I – Empreendimentos abrangidos

Anexo II – Planilha de Indicadores e Índices